

REVISTA DA  
FACULDADE DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

---

LISBON LAW REVIEW



ANO LXIV

2023

NÚMERO 2

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Periodicidade Semestral  
Vol. LXIV (2023) 2

LISBON LAW REVIEW

---

#### COMISSÃO CIENTÍFICA

Alfredo Calderale (Professor da Universidade de Foggia)  
Christian Baldus (Professor da Universidade de Heidelberg)  
Dinah Shelton (Professora da Universidade de Georgetown)  
Ingo Wolfgang Sarlet (Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)  
Jean-Louis Halpérin (Professor da Escola Normal Superior de Paris)  
José Luis Díez Ripollés (Professor da Universidade de Málaga)  
José Luís García-Pita y Lastres (Professor da Universidade da Corunha)  
Judith Martins-Costa (Ex-Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Ken Pennington (Professor da Universidade Católica da América)  
Marc Bungenberg (Professor da Universidade do Sarre)  
Marco Antonio Marques da Silva (Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Miodrag Jovanovic (Professor da Universidade de Belgrado)  
Pedro Ortego Gil (Professor da Universidade de Santiago de Compostela)  
Pierluigi Chiassoni (Professor da Universidade de Génova)

---

#### DIRETOR

M. Januário da Costa Gomes

---

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Paula Rosado Pereira  
Catarina Monteiro Pires  
Rui Tavares Lanceiro  
Francisco Rodrigues Rocha

---

#### SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

Guilherme Grillo

---

#### PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa – Portugal

---

#### EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO LISBON LAW EDITIONS

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa – Portugal

---

ISSN 0870-3116

---

Depósito Legal n.º 75611/95

Data: Fevereiro, 2024

- **M. Januário da Costa Gomes**  
11-21 Editorial

## ESTUDOS DE ABERTURA

- **Christian Baldus**  
25-38 Tudo podemos... ou: pão integral antes do bolo! Internacionalização da formação jurídica entre política e prática  
*Wir können alles... oder: Schwarzbrot vor Kuchen! Internationalisierung der Juristenausbildung zwischen Politik und Praxis*

- **Jean-Louis Halpérin**  
39-60 O direito e as suas histórias  
*Law and its Histories*

## ESTUDOS DOUTRINAIS

- **Alfredo Calderale**  
63-118 Carta della foresta e mutamenti economico-sociali in Inghilterra dal XV al XX secolo  
*The Forest Charter and Socio-economical Changes in England from the XV<sup>th</sup> to the XX<sup>th</sup> Century*

- **André Mendes Barata**  
119-167 O Sistema Europeu de Garantia de Depósitos: perspectivas para a construção do terceiro pilar da União Bancária  
*The European Deposit Insurance Scheme: perspectives for the construction of the third pillar of the Banking Union*

- **Aquilino Paulo Antunes**  
169-190 Falhas de abastecimento de medicamentos  
*Medicines shortages*

- **Carlos de Oliveira Coelho**  
191-238 Em torno de duas leituras da *lex sane si maris*. Sobre as visões de Grotius e de Serafim de Freitas a respeito da liberdade dos mares  
*On two readings related to the lex sane si maris. About the views of Grotius and Serafim de Freitas regarding the freedom of the seas*

- 
- Carlos Sardinha**  
239-254 Introdução ao estudo da História da Ciência do Direito Privado na Europa: Alemanha  
*Introduction to the Study of the History of the Science of Private Law in Europe: Germany*
- 
- Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais**  
255-300 Inventory Proceeding according to the *Goa Succession, Special Notaries and Inventory Proceeding Act 2012*: still portuguese law?  
*O processo de inventário de acordo com o Goa Succession, Special Notaries and Inventory Proceeding Act 2012: ainda direito português?*
- 
- Daniele Coduti**  
301-333 La legge ex art. 116, co. 3, della Costituzione italiana: punto fermo od ostacolo per l'attuazione del regionalismo differenziato?  
*A lei nos termos do art. 116, par. 3º, da Constituição italiana: ponto fixo ou obstáculo para a implementação do regionalismo diferenciado?*
- 
- Eduardo Vera-Cruz Pinto**  
335-376 A Constituição Brasileira de 1824 e o fim da *Confederação Brasileira*: efeitos jurídicos da rejeição política de juntar Cabo Verde e Angola ao Brasil  
*The Brazilian Constitution of 1824 and the end of the Brazilian Confederation: legal effects of the political rejection of joining Cape Verde and Angola to Brazil*
- 
- Filipe de Arede Nunes**  
377-398 A guerra como continuação da política de Estado: o confronto dialético entre Direito e Poder  
*War as continuation of State politics: the dialectic confrontation between Law and Power*
- 
- Francesco Astone**  
399-416 Contratto, Interpretazione, Pubblica Amministrazione  
*Contract, Interpretation, Public Administration*
- 
- Francisco Mendes Correia**  
417-466 Responsabilidade e risco nas operações de pagamento não autorizadas  
*Risk and liability for unauthorised payment transactions*

- 
- Francisco Rodrigues Rocha**  
467-517 Limites de indemnização e capital seguro. Os artigos 508.º do CC e 12.º do RSORCA  
*Indemnity Limits and Insured Sum. Articles 508 of the Civil Code and 12 of the Compulsory Motor Vehicle Insurance Law*
- 
- Gabrielle Bezerra Sales Sarlet | Ingo Wolfgang Sarlet**  
519-538 Os desafios da implementação do 5G em um cenário de exclusão digital e de hiperconexão e o Estado Democrático de Direito no Brasil  
*The Challenges of Implementing 5G in a Scenario of Digital Exclusion and Hyperconnectivity and the Democratic Rule of Law in Brazil*
- 
- Giovanni Damele | Inês Pinheiro**  
539-544 Kelsen e a Górgona do poder: uma resposta a Kaufmann  
*Kelsen and the Gorgon of power: a response to Kaufmann*
- 
- Glauto Lisboa Melo Junior**  
545-573 Navegando por padrões obscuros: uma análise crítica da Lei dos Mercados Digitais (DMA) e da Lei dos Serviços Digitais (DSA) para a proteção dos consumidores *on-line*  
*Navigating through dark patterns: a critical analysis of the Digital Market Act (DMA) and Digital Services Act (DSA) in protecting consumers online*
- 
- Inês Ferreira Leite**  
575-599 Fundamento e axiologia de um conceito de ação jurídico-penal (a propósito da definição de “o mesmo crime”)  
*Reasoning and axiology of a universal concept of a legally liable criminal act (about the concept of the “same offense”)*
- 
- João de Oliveira Gerales**  
601-660 Sobre o âmbito e os limites das denominações de origem e das indicações geográficas nas propostas de revisão da regulamentação europeia  
*On the Scope and Limits of Designations of Origin and Geographical Indications on the Proposals for the Revision of European Regulations*
- 
- Jorge Reis Novais**  
661-722 Financiamento de contencioso por terceiros e Constituição  
*The Constitution and third-party litigation funding*

- **José Maria Cortes**  
723-740 Destapar o consultor: os *proxy advisors* e a solução portuguesa  
*Uncovering the advisor: proxy advisors and the Portuguese solution*
- **Luis Satúrio Pires**  
741-766 Sobre a (des)proporcionalidade do regime da revogação por ingratidão  
*About the (dis)proportionality of the ingratitude revocation regime*
- **Manuel Barreto Gaspar**  
767-802 As Idiossincrasias Jus-Administrativas do Estado Novo Português e do Estado Fascista Italiano: Breve Jornada pela Evolução Histórica do Direito Administrativo e pelo Pensamento Jurídico Marcellista – Parte I  
*The Jus-Administrative of the Portuguese Estado Novo and the Italian Fascist State: Brief Journey through the Historical Evolution of Administrative Law and the Marcellista Juridical Thought – Part I*
- **Pierluigi Chiassoni**  
803-822 Dos conceptos de discrecionalidad judicial  
*Two concepts of judicial discretion*

## JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA

- **João Gomes de Almeida**  
825-835 Uma ou múltiplas residências habituais do(s) cônjuge(s): comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 25 de novembro de 2021, *IB contra FA*, proc. C-289/20  
*One or multiple habitual residences of the spouse(s): annotation on the European Court of Justice Judgment of 25 November 2021, IB v FA, case C-289/20*

## VIDA CIENTÍFICA DA FACULDADE

- **Adelaide Menezes Leitão**  
839-850 Arguição da tese de doutoramento de José Anchieta da Silva sobre “A posição dos Credores e a Recuperação da Empresa”  
*Discussion of the doctoral thesis presented by José Anchieta da Silva on the subject “Creditors’ position and the recovery of the company”*

---

**José Luís Bonifácio Ramos**  
851-858 Arguição da tese de doutoramento de Geovana Mendes Baía, “Poderes Instrutórios do Juiz e Negócios Processuais em Matéria de Prova”  
*Discussion of the Doctoral Thesis of Geovana Mendes Baía, “Poderes Instrutórios do Juiz e Negócios Processuais em Matéria de Prova”*

---

**Vitalino Canas**  
859-890 Arguição da tese de doutoramento de Jorge Manuel da Silva Sampaio sobre “Ponderação e proporcionalidade. Uma teoria analítica do raciocínio constitucional”  
*Discussion of the PhD exam by Jorge Manuel da Silva Sampaio, on the thesis “Weighting and proportionality. An Analytical Theory of Constitutional Reasoning”*

## LIVROS & REVISTAS

---

**Adelaide Menezes Leitão**  
893-900 Recensão à obra *Krisen des fallimento*, de Johannes Heck

---

**Javier Llobet Rodriguez**  
901-920 Recensão à obra *Nationalsozialistisches Strafrecht. Kontinuität und Radikalisierung*, de Kai Ambos

---

**João de Oliveira Geraldes**  
921-938 Recensão à obra *Causa contractus: Auf der Suche nach den Bedingungen der Wirksamkeit des vertraglichen Willens/Alla ricerca delle condizioni di efficacia della volontà contrattuale/À la recherche des conditions de l'efficacité de la volonté contractuelle*, (org.) Gregor Albers/Francesco Paolo Patti/Dorothee Perrouin-Verbe

---

**Maria José Capelo**  
939-957 Recensão à obra *Manual de Processo Civil*, volume I e II, de João de Castro Mendes e Miguel Teixeira de Sousa

---

**Nuno Andrade Pissarra**  
959-975 Recensão à obra *Römisches Recht*, de Alfred Söllner e Christian Baldus



# Carta della foresta e mutamenti economico-sociali in Inghilterra dal XV al XX secolo

## *The Forest Charter and Socio-economical Changes in England from the XV<sup>th</sup> to the XX<sup>th</sup> Century*

Alfredo Calderale\*<sup>\*\*</sup>

**Estratto:** A partire dal XV secolo alla Carta della Foresta furono attribuiti contenuti tratti dall'ordine sociale prevalente in un determinato momento. Le leggi del Parlamento relative alla caccia, alla disciplina del commercio del legname, alle recinzioni alterarono lo spirito della Carta della Foresta e danneggiarono gli interessi dei *commoners* travolti dallo sviluppo del capitalismo. Nel XX secolo si sono affermate nuove «libertà» della foresta nel nome del rispetto della natura e della preservazione dell'habitat. In questo processo la Carta della Foresta ha svolto il ruolo di nobilitare le nuove aspirazioni della società.

**Parole chiave:** Carta della Foresta, Caccia, Commercio del legname, Recinzioni, Common, Conservazione dell'ambiente, Nuove libertà della Carta della Foresta.

**Abstract:** From the XV century the intervening years endowed the Forest Charter with attributes sought by each prevailing social order. Statutes relating the game, the regime for commercial timber, the enclosures have overturned the spirit of the Forest Charter and have damaged the interests of the commoners overwhelmed by advancing capitalism. In the 20th century, new freedoms of the Forest have been created in the name of respect for nature and habitat preservation. In this process, the Forest Charter has taken on the role of ennobling the new aspirations of society.

**Keywords:** Forest Charter, Game, Timber trade, Enclosures, Common, Habitat preservation, New liberties of the Forest Charter.

**Sommario:** 1. Valore delle foreste e mutamenti politici ed economici nel XV secolo. 2. La Carta della Foresta all'epoca dei Tudor tra nuova cultura della caccia e sfruttamento economico delle foreste. 3. Maliziose letture della Carta della Foresta ai tempi dell'assolutismo

---

\* Professore nell'Università di Foggia (Italia).

\*\* La prima parte di questo saggio dal titolo *The Forest Law e The Charter of the Forest ai tempi di Enrico III Plantageneto* è stata pubblicata in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* LXI, 2020, 2, p. 81 ss.

degli Stuart. 4. La decadenza delle foreste durante il Parlamento Monco e il protettorato di Cromwell. 5. L'età della Restaurazione e l'interesse della borghesia per le foreste. La disciplina della caccia come fattore di distinzione sociale. 6. La recinzione delle terre comuni e delle foreste nel XVIII secolo. 7. *The Waltham Black Act* del 1723, la repressione della caccia di frodo e la difesa della proprietà privata. 8. Rivoluzione industriale, mutamenti economico-sociali e nuovi valori attribuiti alla Carta della Foresta nell'Ottocento. 9. La riforma delle leggi sulla caccia. 10. Nuove «libertà» della Foresta nel XX secolo.

## 1. Valore delle foreste e mutamenti politici ed economici nel XV secolo

Regnando Edoardo I, i confini delle foreste reali furono definitivamente tracciati con le *perambulations* del 1299 e del 1300<sup>1</sup>. Da quel momento e fino al XVI secolo la Carta di Enrico III rimase quasi lettera morta perché il regno fu squassato da drammatici avvenimenti che placarono le tradizionali contese legate all'accaparramento delle risorse delle foreste.

Nel 1349 dilagò la peste bubbonica, la morte nera che, in soli quattro mesi, diminuì i sudditi inglesi di Edoardo III da quasi quattro milioni a circa due milioni e mezzo, rese più dura la lotta di classe e inasprì il processo di emancipazione dei servi della gleba. Nel 1381 scoppiò la breve e violenta rivolta dei contadini, ispirata dai movimenti di eterodossia religiosa rappresentati dai *Lollards*, da John Wycliffe e da predicatori popolari come John Ball<sup>2</sup>. I rivoltosi rivendicavano la trasformazione di ogni obbligo servile in un canone di quattro acri per servo e, tra le altre cose, l'abolizione delle leggi che limitavano il libero uso dei beni della foresta<sup>3</sup> e il diritto di ciascuno di cacciare<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A. L. CROSS, *Eighteenth Century Documents Relating to the Royal Forests, the Sheriffs and Smuggling Selected from the Shelburne Manuscripts in the William L. Clements Library*, Macmillan, New York, 1928, p. 9.

<sup>2</sup> A. BRIGGS, *A Social History of England*, Weidenfeld & Nicolson, London, 1983, trad. it., *Storia sociale dell'Inghilterra*, Mondadori, Milano, 1993, p. 116 ss.; M. ROSSI, *Storia d'Inghilterra*, Vol. III, Sansoni, Firenze, 1953, p. 87 ss.

<sup>3</sup> G.M. TREVELYAN, *History of England*, Longmans, London, 1960, trad. it., *Storia di Inghilterra*, Garzanti, Milano, 1962, p. 276.

<sup>4</sup> In breve, si può dire che, sfruttando la scarsità della manodopera, conseguenza della epidemia, i servi della gleba negarono ai feudatari le prestazioni cui erano tenuti per consuetudine reclamandone la commutazione in una somma di denaro, un processo che peraltro era già iniziato dal XIII secolo. Contemporaneamente i contadini liberi, uniti in leghe, pretendevano più alti salari. Dopo la repressione della rivolta, la risposta dei ceti proprietari consistette, da un lato, nella conversione delle terre coltivabili in pascoli per l'allevamento delle pecore, la cui lana veniva esportata nelle Fiandre e, dall'altro, nel

Dal 1455 al 1485 divampò la guerra delle Due Rose che spodestò dal trono la dinastia dei Plantageneti<sup>5</sup>.

Alla fine del XV secolo la dinastia dei Tudor regnava su un Paese in gran parte abitato da contadini, dediti prevalentemente a un'agricoltura di sussistenza, nel quale, però, si delineava lo sviluppo del commercio. La espansione del commercio era favorito della presenza di un gran numero di contadini poveri. Espulsi dai campi che, in passato comuni, iniziavano ad essere recintati per il difendersi della pastorizia, legata alla lucrosa produzione della lana destinata all'industria tessile in sviluppo e alla esportazione nei Paesi Bassi, essi si erano resi disponibili a lavorare a domicilio per il mercante imprenditore per non incappare nel tetro rigore delle leggi sulla povertà. Così venne progressivamente alla luce un mercato libero per la produzione e la vendita delle merci, alimentato dalla circolazione della moneta<sup>6</sup>. Poiché i Tudor fruirono dell'appoggio sia dei nobili beneficiari della confisca delle terre dei monasteri, sia di coloro che operavano in questo mercato, cioè dei mercanti delle città e della parte più progredita della classe media rurale, ceti che iniziavano a integrarsi nella nobiltà<sup>7</sup>, i re della dinastia,

---

tentativo di imporre per legge l'ammontare dei salari al livello di quelli corrisposti prima del 1349. In seguito al fallimento di questa ultima pretesa ai signori feudali si aprì la scelta di sostituire il sistema delle *corvées* con il lavoro salariato sul fondo dominico, oppure di concedere il fondo stesso in locazione ad affittuari contadini che producevano per il mercato e, in primo luogo, per le città. Questo processo innescò una profonda articolazione all'interno delle classi dei proprietari e degli stessi contadini, un gran numero dei quali, nel corso del tempo, anche in seguito alle recinzioni delle terre comuni, si impoverì e prese a offrire la propria forza lavoro sul mercato. Cfr. M. DOBB, *Studies in the Development of Capitalism*, George Routledge & Son Ltd, 1946, trad. it., *Problemi di storia del capitalismo*, Editori Riuniti, Roma, 1969, p. 159 ss; M.M. POSTAN, *Economia e società*, cit., p. 152 ss.

<sup>5</sup> G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 302 ss.

<sup>6</sup> A. L. MORTON, *A People's History of England*, Lawrence & Wishart Ltd, London, 1972, trad. it., *Storia del popolo inglese*, Officina Edizioni, Roma, 1973, p. 130.

<sup>7</sup> Per L. STONE, J. C. FAWTIER STONE, *An Open Elite?, England 1540-1880*, Oxford University Press, 1984, trad. it., *Una élite aperta? L'Inghilterra tra 1540 e 1880*, Il Mulino, Bologna, 1989, p. 25 già nel XV secolo in Inghilterra la vecchia élite terriera si era aperta ai nuovi ricchi e la nobiltà era riluttante a vivere in città. Questi due temi erano connessi poiché era proprio il rifiuto della vita e dei valori urbani, atteggiamento noto all'opinione pubblica, a indurre i mercanti facoltosi ad acquistare le terre e a trasformarsi in gentiluomini di campagna. All'inizio del Quattrocento, di questo processo fu un acuto osservatore l'umanista e storico italiano Poggio Bracciolini, il quale riferiva che «gli inglesi giudicano disonorevole che i nobili restino in città. Essi vivono in campagna, isolati da boschi e campi. Si dedicano alle attività della campagna, commerciano in legna e bestiame, e non giudicano affatto vergognoso ricavare denaro dall'agricoltura. Ho visto un uomo che aveva abbandonato il commercio acquistare una costosa proprietà e lasciare la città per andarci a vivere con la famiglia; trasformò i suoi figli in nobiluomini ed egli stesso fu accettato dalla società». Cfr. P. BRACCIOLINI, *Opera omnia*, Vol. I. Bottega D'Erasmus, Torino, 1964, p. 69.

a suggello di questa alleanza, collocarono il loro potere sovrano nel parlamento dove quei gruppi sociali erano rappresentati<sup>8</sup>.

Questa fase storica fu dunque segnata da una grande crisi sociale testimoniata da numerosi documenti ufficiali del XVI secolo<sup>9</sup>, dalla nota invettiva di Tommaso Moro sulle «pecore voraci»<sup>10</sup> e da una battaglia pubblicitica contraria alla recinzione delle terre comuni coltivate<sup>11</sup>. Questa polemica si sarebbe protratta fino al XIX secolo, inseparabile dalla più ampia questione della valutazione dei diritti comuni e dal declino delle piccole fattorie<sup>12</sup>. Dal punto di vista giuridico, nel XVI secolo, la recinzione delle terre comuni avveniva con la stipula di un contratto, che veniva ratificato dalla *Court of Chancery* o per *Royal Licence* se erano stati coinvolti interessi della Corona<sup>13</sup>. Durante il regno dei Tudor, tra le espressioni

---

<sup>8</sup> L. D'AVACK, *Costituzione e Rivoluzione. La controversia sulla sovranità legale nell'Inghilterra del '600*, Giuffrè, Milano, 2000, p. 140, al quale si rinvia per l'esame delle prime teorizzazioni della natura del potere del re sulla scia del pensiero di Bodin durante il regno di Elisabetta I.

<sup>9</sup> Una petizione parlamentare che sollecitava provvedimenti legislativi affinché le terre ancora coltivate al principio del regno tornassero alla loro antica destinazione per lenire la grave crisi sociale si esprimeva in questi termini: «Quando ogni uomo si contentava di un podere vi era abbondanza di tutto e ogni acro di terreno arato produceva oltre il frumento, la paglia, atta col sussidio del pascolo a mantenere il grosso bestiame; col tagliare il frumento, in ogni casa rurale si mantenevano porci e pollame con gran conforto del popolo. Ora in ogni villaggio di venti o trenta abitazioni le case sono crollanti, la gente è andata via e in molte parti non si vede nient'altro che un gregge e un pastore» *L.P. I*, 5277. Per la lettura di altri documenti si rinvia a C. FATTA, *Enrico VIII*, «La nuova Italia» editrice, Firenze 1938, Vol. I. p. 180.

<sup>10</sup> T. MORO, *L'Utopia o la miglior forma di repubblica*. Traduzione, Introduzione e cura di Tommaso Fiore, Laterza, Bari, 1993, p. 24: «Le vostre pecore ... di solito sono così dolci e si nutrono di così poco, mentre ora, a quanto si riferisce, cominciano a essere così voraci e indomabili da mangiarsi financo gli uomini, da devastare, facendone strage, campi, case e città. In quelle parti, infatti, del reame, dove nasce una lana più fine e perciò più preziosa, i nobili e signori e perfino alcuni abati, che pur sono uomini santi, non paghi delle rendite e dei prodotti annuali che ai loro antenati e predecessori solevano provenire dai loro poderi, e non soddisfatti di vivere tra ozio e splendori senz'essere di alcun vantaggio al pubblico, quando non siano di danno, cingono ogni terra di stecconate ad uso di pascolo, senza nulla lasciare alla coltivazione, e così diroccano case e abbattono borghi risparmiando le chiese solo affinché vi abbiano stalla i maiali; infine, come se non bastasse il terreno da essi rovinato a uso di foreste e parchi, codesti galantuomini mutano in deserto tutti i luoghi abitati e quanto c'è di coltivato sulla terra».

<sup>11</sup> A.H. JOHNSON, *The Disappearance of the small Landowner*, Oxford at Clarendon Press, 1909, p. 39 ss.

<sup>12</sup> J. M. NEESON, *Commoners: Common right, enclosure and social change in England, 1700-1820*, Cambridge University Press, 1993.

<sup>13</sup> A.H. JOHNSON, *The Disappearance*, cit., p. 89. In realtà, il ricorso al contratto, teoricamente frutto dell'incontro della libera volontà delle parti, non copriva l'effettiva disparità di potere dei contraenti perché i grandi proprietari avevano molti mezzi per costringere i riottosi a consentire alle loro pretese.

ostili alle recinzioni spiccano gli infuocati sermoni di Hugh Latimer, riformatore protestante arso sul rogo nel 1555 durante il regno di Maria la Sanguinaria<sup>14</sup> e le posizioni di Sir Anthony Fitzherbert, giudice e studioso del diritto attivo sotto i re Enrico VIII ed Edoardo VI, disposto ad ammettere solo le recinzioni di terre da arare e coltivare a beneficio dei poveri<sup>15</sup>.

Per molte attività economiche di quel periodo gli alberi delle foreste divennero un fattore di produzione prezioso e protetto da leggi le quali, sia pure di difficile applicazione e quindi di dubbia efficacia, ne disciplinavano lo sfruttamento e la riproduzione anche sottraendo all'uso comune i terreni destinati al rimboschimento perché essi potevano essere recintati per lungo tempo<sup>16</sup>. Si utilizzava il legname non solo per fornire carbonella per il riscaldamento delle abitazioni, fabbricare utensili domestici e strumenti per i lavori nei campi, come più o meno era avvenuto in passato, ma anche per costruire a ritmo più serrato case nelle città in rapido sviluppo, alimentare la produzione della carta indispensabile per la stampa dei libri, rifornire le fonderie e le nascenti industrie dell'abbigliamento, del vetro e, soprattutto, per consentire la costruzione della flotta militare chiamata a fronteggiare le potenze rivali sullo scacchiere europeo e a proteggere il naviglio mercantile, secondo gli interessi dei ceti dediti al commercio con l'estero, ai quali Enrico VII

---

<sup>14</sup> *Sermons of the Right Reverend Father in God Master Hugh Latimer Bishop of Worchester*, Vol. II, London, 1758, p. 101. «Dove un tempo c'erano molte case e abitanti ora c'è soltanto un pastore con il suo cane».

<sup>15</sup> A. FITZHERBERT, *Book on Surveying*, imprinted in London, 1523. Sulla figura di questo giurista, cfr. A. H. JOHNSON, *The Disappearance*, cit., p. 39.

<sup>16</sup> Un *Act* del 1482 consentiva a chi tagliava un bosco di sua proprietà compreso nel perimetro di una foresta di recintare il terreno immediatamente dopo il taglio e per un periodo di sette anni al fine di favorire la ricrescita degli alberi. Circa sessanta anni dopo, nel 1543, sotto il regno di Enrico VIII, fu approvata un'altra legge, di ventuno articoli che costituì il primo tentativo organico di regolare lo sfruttamento delle foreste. Venne, tra l'altro stabilito che, se fossero stati tagliati boschi cedui o sottoboschi dell'età massima di ventiquattro anni, avrebbero dovuto essere mantenuti dodici querce per acro di terra e, qualora il numero delle querce non fosse stato sufficiente, si sarebbero dovuti piantare, per la differenza, elmi, frassini, pioppi o faggi da far crescere fino a una determinata dimensione, pena il pagamento di una multa salata. Tuttavia, questa e altre disposizioni simili non si applicavano se il proprietario avesse tagliato i giovani alberi per ripararsi costruendosi la casa o i recinti o se il legname fosse stato destinato alla costruzione di navi. Una legge del 1558 vietò di usare come combustibile il legno degli alberi di quercia, e proibì l'uso del legno di frassino e di faggio nell'industria del ferro, pena le solite multe. Un'altra legge del 1585, riguardante le foreste del Sussex, del Surrey e del Kent, proibì l'uso di frese di ferro. Come s'è accennato nel testo, però, questa legislazione fu di dubbia efficacia per la presenza di eccezioni legali che potevano anche essere invocate anche pretestuosamente, per la mancanza di un attendibile inventario delle risorse di legno e, infine, per la difficoltà di controllare il rimboschimento in vaste aree di territorio. In argomento, N. D. J. JAMES, *A History of English Forestry*, Basil Blackwell, Oxford, 1990, p. 125 ss.

fece buona accoglienza<sup>17</sup>. In questo scenario, una fiorente letteratura a carattere scientifico, a far data dalla metà del XVI secolo, cominciò a divulgare più avanzati metodi di coltivazione e conservazione delle foreste<sup>18</sup>.

## 2. La Carta della Foresta all'epoca dei Tudor tra nuova cultura della caccia e sfruttamento economico delle foreste

Durante il regno della dinastia Tudor la Carta della Foresta estese il suo ambito di applicazione quando la Corona riuscì ad ampliare l'area delle riserve dove praticare la caccia, un'attività ancora molto in onore anche se, nel clima culturale dell'epoca, essa non misurava più il valore guerriero del re o dei nobili. Come scrissero Baldassare Castiglione<sup>19</sup> e Belisario Acquaviva, conte prima di Conversano e poi di Nardò<sup>20</sup>, la caccia era diventata sia una pratica di corte, dove il sovrano attirava i nobili per trasformarli in cortigiani e indebolirli come avversari politici, sia «parte di un programma pedagogico nobiliare» enunciato già verso la fine del XIV secolo<sup>21</sup> e destinato a raffinare culturalmente «il gentiluomo» con nozioni delle scienze vicine all'attività venatoria stessa<sup>22</sup>. Perciò, il gentiluomo si allontanava dai tradizionali valori della casta dei guerrieri medioevali e, seguendo i precetti di una letteratura specializzata che circolava anche nell'Inghilterra del XVI secolo<sup>23</sup>, adottava tecniche

---

<sup>17</sup> N. D. J. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 119 ss.

<sup>18</sup> Uno dei primi autori a illustrare le tecniche utili alla crescita degli alberi della foresta fu Roger Taverner che, nel 1565, pubblicò un libro dal titolo *Book of Survey*. Sulla letteratura dell'epoca, si rinvia a N. D. G. JAMES, *A History of Forestry and Monographic Literature in Germany, France and United Kingdom*, in (edited by) P. McDONALD and J. LASOIE, *The Literature of Forestry and Agroforestry*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1996, p. 34 ss.

<sup>19</sup> B. CASTIGLIONE, *Il libro del Cortegiano*, Venezia, 1528, dove si legge: «Sono ancora molti altri esercizi i quali benché non dependano drittamente dalle arme pur con esse hanno molta convenienza e tengono assai d'una strenuità virile: e tra questi parmi la caccia esser de principali, perché ha una certa similitudine di guerra; ed è veramente da gran signori e conveniente ad un uom di corte».

<sup>20</sup> B. ACQUAVIVA, *De venatione et de aucupio: De re militari et singulari certamine*, Anno Domini MDXIX, primo Augusti.

<sup>21</sup> P. YUCOCO-CHALA, *L'art de la pédagogie dans le livre de chasse de Gaston Fébus*, 1387, in *La chasse au Moyen Age*, «Actes du colloque du Centre d'Études Médiévales de Nice (Nice, 22-24 juin 1979)», Publ. Fac. Le. Nice, Nice, 1984, p. 27 ss.

<sup>22</sup> A. DE SARIO, *La «Regia Caccia» di Torre Guevara nel Settecento*, Fondazione Bancaria del Monte Domenico Siniscalco Ceci, Foggia, 2008, p. 22.

<sup>23</sup> *The Boke of Saint Albans*, un trattato del 1486 dedicato alla caccia dei gentiluomini, fu ristampato più volte nel corso del XVI secolo e, per l'ultima volta nel 1615. La pertinenza della caccia ai gentiluomini era finita addirittura in proverbi: «*he cannot be a gentleman which loveth not hunting and hawking*» e «*he cannot be a gentleman which loveth not a dog*» erano affermazioni di alcuni autori

di caccia più raffinate e meno rozze come quella, per esempio, di usare i cani per uccidere la preda. In concreto il gentiluomo era colui che era legittimato ad andare a caccia e che inevitabilmente apparteneva alle classi superiori.

In Inghilterra la prima legge sulla caccia (*Game Law*) era stata emessa da Riccardo II nel 1389 sollecitata dalla risentita constatazione che «macellai, calzolai, sarti e altre persone di basso rango prendono levrieri e altri cani e nei santi giorni in cui i buoni cristiani sono in chiesa partecipando alle sacre funzioni, se ne vanno a cacciare nei parchi...e nei terreni dei signori». Per evitare questi comportamenti scandalosi la legge stabilì che solo i proprietari di terre dalla rendita annua di almeno quaranta scellini potevano avere cani da caccia, mentre gli altri che già li possedevano avrebbero dovuto rinchiuderli o tagliare loro le unghie<sup>24</sup>.

Tuttavia, molti umanisti continuarono ad avversare questo «gioco serio»<sup>25</sup> comunque segnato da aspetti crudeli e violenti. Nell'*Elogio della pazzia*, Erasmo da Rotterdam rappresentò i cacciatori, soprattutto nobili, come «sciocchi» che «provano in cuore un piacere incredibile» e «dolcezza» nell'uccidere e squartare animali<sup>26</sup> «mentre a inseguire fiere di continuo e a mangiarne le carni non ottengono che di imbestiarsi»<sup>27</sup>. Tommaso Moro, nell'*Utopia*, fece dire a Raffaele Itlodeo che gli

---

divenute di uso corrente. I vari trattati suggerivano ai cacciatori i modi appropriati di vestirsi e di parlare, impartivano nozioni di anatomia animale e sulle «voci» delle diverse specie di animali, illustravano le tecniche venatorie appropriate ai vari tipi di caccia alla moda, come la caccia ai cervi con i cani nei parchi, la caccia alla lepre e al coniglio o la caccia agli animali nocivi all'agricoltura, ossia alla volpe ai gatti selvatici, alle puzzole, alle lontre, caccia che, invece, non era stata tenuta in gran conto nel medioevo. Questi libri sottolineavano che ciascun tipo sollecitava determinate abilità ed esaltava le diverse qualità del gentiluomo, vale a dire di un soggetto appartenente alle classi possidenti alle quali, peraltro, la caccia era riservata. Cfr. P. A. J. PETTIT, *The Royal Forests of Northamptonshire, 1558-1714*, in *Northamptonshire Record Soc.*, 1968, p. 23 ss.

<sup>24</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport Hunting in Britain since 1066*, Yale University Press, New Haven and London, 2007, p. 62.

<sup>25</sup> F. CARDINI, *Il cacciatore e il filosofo*, in *La rivoluzione francese e la caccia. La caccia in Francia dalla fine dell'Ancien Régime al Primo Impero*, Ciuffoletti, Firenze, 1990, p. 7-9.

<sup>26</sup> Come si legge in A. DE SARIO, *La «Regia Caccia»*, cit., p. 18 dopo la battuta di caccia, il sezionamento della selvaggina e la sua distribuzione era un momento rituale di estrema importanza. La distribuzione era gerarchica in senso discendente e si chiudeva con i valletti addetti ai cani che ricevevano i muscoli della natica considerati una parte vile dell'animale. Anche i cani ricevevano la loro parte. Al cane che aveva ucciso un cervo o un capriolo spettava il cuore della preda; se aveva ucciso un cinghiale gli si consentiva di addentarne la testa e poi gli si concedevano i rognoni scaldati alla brace. Agli altri cani si davano le viscere. Al termine della caccia, si puliva il sito dell'uccisione. La testa dell'animale, nell'ambito degli omaggi feudali, era il trofeo di maggior prestigio perché rinviava ai riti della guerra.

<sup>27</sup> ERASMO DA ROTTERDAM, *Elogio della pazzia*, a cura di Tommaso Fiore. Introduzione di Delio Cantimori, Einaudi, Torino, 1964, p. 64.

Utopiani consideravano la caccia «la parte più bassa della macelleria» e lasciavano «ai beccai tutto quest'esercizio del cacciare, come cosa indegna di uomini liberi»<sup>28</sup>.

Anche i Puritani trattarono della caccia nel quadro delle loro tormentate riflessioni sulla moralità dell'uomo e sui suoi doveri verso Dio<sup>29</sup>. Essi sostennero che gli animali erano creature di Dio, date agli uomini perché ne usassero, non abusassero, sicché cacciarli per sport oltraggiava la creazione<sup>30</sup>, e, in più, trascinava i cacciatori in comportamenti moralmente poco commendevoli, cioè perdere tempo e abbandonarsi a eccessi, come le robuste bevute, una posizione, in fondo, non distante da quella già espressa dalla Chiesa cattolica in passato. Tuttavia, i puritani portarono una nuova sensibilità che condannava la crudeltà verso gli animali, che fossero prede di caccia o impiegati in giochi crudeli come la lotta tra i galli o dell'orso contro i cani, spettacoli, spesso organizzati dai nobili e ai quali la folla assisteva. Conseguentemente il loro atteggiamento specifico verso l'attività venatoria fu ambiguo<sup>31</sup> perché ciò che importava veramente era che le prede non fossero trattate crudelmente, come nel caso di uno dei più truculenti riti della caccia al cervo, lo sgozzamento dell'animale con un coltello a opera del personaggio più autorevole della battuta, un'azione nella quale il più popolare dei libri di caccia del XV secolo, *The Noble Arte of Venerie* mostra, in una incisione, impegnata la stessa regina Elisabetta.

In definitiva i *gentlemen* desiderosi di andare a caccia non avevano da temere alcunché.

Amarono e praticarono la caccia Enrico VII, Enrico VIII, il quale non si trattenne dal vantarsi delle sue imprese venatorie persino nelle lettere d'amore destinate ad Anna Bolena<sup>32</sup>, ed Elisabetta I.

---

<sup>28</sup> TOMMASO MORO, *L'Utopia*, cit., p. 88.

<sup>29</sup> U. BONANTE (a cura di), *I puritani*, Einaudi, Torino, 1975.

<sup>30</sup> PHILIPP STUBB, per esempio, nel 1584 scrisse «I never read of any in the volume of sacred Scripture that was a good man, and a Hunter... for our pastimes and vain pleasure sake, we are not in any wise to spoil or hurt the beasts». Questo passo è riportato da E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 87.

<sup>31</sup> Questo atteggiamento spesso si risolveva in linguaggio poco netto e del resto molti puritani furono essi stessi cacciatori. Si rinvia ancora a E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 87.

<sup>32</sup> *Love Letters from King Henry VIII to Anne Boleyn*, trad. it., *Lettere d'amore di Enrico VIII ad Anna Bolena*, Nutrimenti, Roma, 2013, p. 57. Per la verità lo stesso sovrano compose anche una famosa ballata, divenuta una popolarissima canzone popolare, *Past time eith Good Company* dedicata, a quanto pare, a Caterina d'Aragona, la sua prima moglie, nella quale esaltava anche la caccia. Il testo, che si può leggere in E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 69, recita: «Pastime with good company/I love, and shall until I die./ Gruch who lust but none deny,/ So God be pleas'd thus live will I/For my pastence, hunt, sing, and dance, my heart is set/All goody, sport, for my comfort, who shall me let?».

Enrico VII si dedicò a ripristinare il primato della legge nelle foreste reali dove, soprattutto negli anni turbolenti della guerra delle Due Rose, notabili, bande di cacciatori di frodo e funzionari infedeli o corrotti si erano dedicati a saccheggiare ogni risorsa, specialmente il legname che stava diventando prezioso. La lunga lista di imputazioni preparata per la sessione della *forest eyre* del 1488 fornisce una idea precisa delle malefatte dei funzionari regi e spiega perché il re ne sostituì molti con uomini che gli erano stati fedeli nella guerra contro Riccardo III Plantageneto<sup>33</sup>. In questo quadro le corti della foresta, dopo un lungo periodo d'inattività furono rivitalizzate e spinte a giudicare con durezza coloro che erano stati rinviati a giudizio, ad esempio, per aver tagliato illegittimamente alberi e ceppaie o abusato dei pascoli introducendovi un numero eccessivo di animali<sup>34</sup>. Contemporaneamente iniziò, però, il ridimensionamento dell'apparato burocratico creato nel 1217 perché ai funzionari e alle corti previsti dalla Carta di Enrico III, considerati ormai ingombranti e inefficienti, furono affiancati, in alcuni casi, i giudici di *common law* ai quali anche i sovrani si sarebbero rivolti per tutelare i loro diritti. In primo luogo, fu stabilito che gli imputati da interrogare sarebbero stati condotti dinanzi a un componente del *King's Council* o a un *Justice of Peace*. Poi, nel 1485, una legge, la cui validità fu più volte prorogata, dichiarò reato di fellonia, punibile con la pena di morte, cacciare nei boschi privati di notte e a volto coperto<sup>35</sup> per non essere identificati<sup>36</sup> e prevede che gli imputati sarebbero stati giudicati dalle *Quater Sessions*

---

<sup>33</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 68.

<sup>34</sup> Tra il 1488 e il 1490 sessioni delle *forest eyres* furono tenute nelle *Berkshire e Surrey divisions* della *Windsor Forest*, e in *Hampshire, Northamptonshire, Essex, Buckinghamshire e Huntingdonshire*. *Swinmotes* si ebbero in un certo numero delle foreste collocate nel Sud dell'Inghilterra tra cui *Gillingham, Bernwood e Waltham*.

<sup>35</sup> Sin dal Medioevo i bracconieri prendevano la precauzione di «tingersi la faccia di nero» o di travestirsi per rendersi irricognoscibili. Una legge del tempo di Enrico VII con riferimento alla caccia di frodo ai cervi, menzionava questi espedienti. Successivamente leggi severe contro la caccia di frodo e le ricompense promesse ai delatori resero quasi abituale tale prassi, che venne adottata anche dalle associazioni segrete o dalle confraternite di bracconieri. Ancora nel XIX secolo il «tingersi la faccia di nero» era una cautela praticata in certe zone del regno. Cfr., C. KIRBY, *English Game Law Reform*, in *American Historical Review*, 1932, p. 364 che menziona una battaglia combattuta nel 1816 fra il cacciatore di frodo «dalla faccia annerita» e il guardiacaccia nei pressi di Berkeley Castle nel Gloucestershire

<sup>36</sup> Se invece la caccia illegale avveniva di giorno o senza mascheramenti la pena per il *trespass* si riduceva a una multa o alla prigione. Nel 1553 fu emessa un'altra legge che prevedeva una eccezione alle disposizioni del 1485: era lecito introdursi nella proprietà altrui per distruggere i nidi dei corvi anche senza il permesso del proprietario del fondo. Tale normativa costituiva la risposta all'allarme generato da corvi e cornacchie che distruggevano i raccolti e danneggiavano i tetti di paglia delle abitazioni e dei fienili dei contadini. Cfr. J. CHITTY, *A Treatise on the Games Law and on Fisheries*

o dalle *Assizes*, corti ordinarie di *common law*<sup>37</sup>. Tanta severità violava la Carta della Foresta, ma fu ridimensionata dai giudici che, durante il regno di Elisabetta, emisero sentenze molto miti. Quindi, la legge rimase quasi lettera morta, ma Coke avrebbe mostrato tutto il suo disappunto per il fatto che, dopo centocinquanta anni, era rimasta in vigore «questa strana e mal definita legge [...] È questa la prima legge che rende qualsiasi forma di caccia un reato grave in contrasto con ciò che rettamente stabilisce una parte della *carta de foresta*»<sup>38</sup>, secondo la quale nessun uomo poteva perdere la vita o un arto per aver ucciso una bestia selvatica.

Cacciatore formidabile<sup>39</sup>, Enrico VIII<sup>40</sup> estese le sue riserve. Negli anni 1536-1539 il re ne acquisì molte altre perché, grazie alla requisizione dei monasteri, conseguenza della soppressione degli ordini di monaci e di frati<sup>41</sup>, alcune porzioni delle nuove proprietà divennero foreste reali. Inoltre, il complesso dei beni confiscati fu affidato a un organo di nuovo conio, la *Court of Augmentations*<sup>42</sup>, primo apparato amministrativo incaricato di gestire e vendere l'intero patrimonio forestale<sup>43</sup>. Nel

---

*with an appendix containing all the Statutes and a copious Collection of Precedents*, Samuel Brooke Pater Noster Row, London, 1826, p. 378 s.

<sup>37</sup> Le *Quarter Session Courts* nacquero nel XIV secolo, in seguito al decadimento della figura dello *sheriff*. Uno *Statute* del 1362, stabilì che i giudici di pace, riuniti con un certo *quorum* in curia, dovevano tenere, appunto, quattro udienze l'anno. Le *Assizes* erano corti itineranti che, su mandato del re, percorrevano determinati circuiti e giudicavano casi penali. Cfr. G. CRISCUOLI, *Introduzione alle fonti del diritto inglese. Le fonti*, Giuffrè, Milano, 1981, p. 250 ss.

<sup>38</sup> E. COKE, *Institutes of Lawes of England*, London, 1633, 74-77, dove si legge anche che: «Le vecchie leggi scritte e quelle consuetudinarie relative alla foresta sono chiamate le vecchie buone leggi [...] e questa nuova legge di Enrico VII è troppo severa trattandosi di bestie che sono *ferae natura*, ragion per cui, sotto il diritto consuetudinario, la loro uccisione non si configura come *fellony* [...] e questo spiega perché i giudici hanno dato un'interpretazione favorevole agli imputati».

<sup>39</sup> G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 339.

<sup>40</sup> Dotato di grande cultura e forte senso religioso Enrico VIII era un «cacciatore infaticabile» e «nei giorni di caccia ascoltava tre messe». Quando aveva quarantaquattro anni la sua attività venatoria fu compromessa da una caduta da cavallo che gli paralizzò una gamba e lo lasciò definitivamente invalido. Da allora in poi egli si consolò mangiando e bevendo smodatamente e limitandosi alla meno movimentata caccia col falcone che non lo aveva appassionato in gioventù. Cfr. C. FATTA, *Enrico VIII*, cit., p. 105 e 175.

<sup>41</sup> G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 353.

<sup>42</sup> Poco dopo lo stesso Enrico VIII creò una nuova corte, la *Court of the Surveyors-General of King's Land*, un organo che però ebbe vita assai breve in quanto fu subito assorbito da una nuova *Court of Augmentations*. Quest'ultima operò fino al regno della regina Maria, quando fu dissolta con lettera-patente e le sue competenze vennero trasferite alla *Court of Exchequer*. Cfr. *The Office of Woods and Forests, Land Revenue, Works and Buildings*, in 14 *Law Mag. Quart. Rev. Juris, n.s.*, 19 (1851).

<sup>43</sup> Enrico VIII vendette gran parte delle terre confiscate alle abbazie, a Pari, cortigiani, funzionari pubblici, e mercanti. Molti di essi le rivendettero a gente di minor conto. La nuova allocazione

1540 al re riuscì di afforestare alcuni distretti intorno ad Hampton Court, la prima afforestazione dopo circa trecento anni. Per non suscitare scontento tra i suoi stessi sostenitori Enrico VIII agì con il consenso del Parlamento e accettò di risarcire i proprietari danneggiati concedendo loro alcuni privilegi ossia tagliare legna senza licenza e costruire steccati e recinti per tenere i cervi lontani dai raccolti dei campi<sup>44</sup>. Non sempre, però, a Enrico VIII riuscì di proteggere con successo le sue riserve dalle pressioni esterne. Nel 1526, durante una battuta di caccia ad Hight Peak, un bosco isolato e selvaggio nel Derbyshire, egli fu colpito dalla scarsità di erba necessaria al nutrimento dei cervi e nominò una commissione per scoprire le cause di quel deprecabile stato di cose. Due anni dopo i commissari riferirono che nei boschi era condotto abusivamente a pascolare un numero di cavalli, di altro bestiame e, soprattutto, di pecore enormemente più grande di quello consentito sicché i cervi, a corto di cibo, sconfinavano nelle proprietà vicine e venivano uccisi. Il re allora ordinò la confisca di alcune centinaia di pecore, ma la sua azione non raggiunse lo scopo perché una serie di inverni rigidi desolò il territorio e indusse i *foresters* a chiedere che la caccia fosse sospesa per sei anni nella speranza che, durante questo periodo, la flora si rigenerasse, considerato che la zona era diventata «una pianura piatta dove gli alberi non crescevano più» e i cervi erano morti o si erano dispersi. Si trattò di una vana speranza, segno di un deterioramento generale delle foreste reali innescato dalla trasformazione dell'economia e che sarebbe stato descritto, a volte con accenni nostalgici del passato, da molti autori del XVII e XVIII secolo<sup>45</sup>.

In questo contesto, il crescente valore del legname e le imperiose esigenze finanziarie delle classi superiori modificarono lentamente antiche abitudini. Mentre mettevano a profitto molta parte delle proprie foreste, i proprietari terrieri che aspiravano allo *status* di *gentry*<sup>46</sup> presero a confinare la caccia in parchi privati<sup>47</sup>,

---

delle terre contribuì a eliminare l'influenza del clero su una rilevante parte della società inglese. Cfr. G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 353.

<sup>44</sup> W. J. MCKECHNIE, *Magna Carta: A Commentary on the Great Charter of King John, with an Historical Introduction, Second Edition*, James Mac Lehosé and Sons, Glasgow, 1914, p. 510-11.

<sup>45</sup> Per esempio, nel 1611, Arthur Standish pubblicò *The Common Compliant* nel quale lamentava la distruzione delle piante che aveva fatto crollare l'offerta di legname e suggeriva di rimediare piantando alberi adatti su ogni terreno. Cfr. N. D. J. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 130 s.

<sup>46</sup> Come spiegano L. STONE, J. C. FAWTIER STONE, *Una elite aperta?*, cit., p. 15, verso gli ultimi venti anni del XVI secolo l'élite terriera cominciò a dividersi in due gruppi distinti sulla base delle risorse economiche, dello stile di vita, delle occupazioni, della gamma di interessi culturali e delle attività svolte. Il primo gruppo, la *parish gentry*, la *gentry* di parrocchia, comprendeva persone che estendevano la loro influenza su uno o due villaggi, avevano frequentato le locali *grammar school*,

dove si organizzavano battute a cervi allevati in cattività. Essi rivitalizzarono un'antichissima tradizione, risalente addirittura all'impero persiano, che aveva coniugato attività venatoria ed esercizio del potere. I parchi e la qualità della selvaggina che vi stanziava divennero perciò un elemento fondamentale nella determinazione del valore di una proprietà. Nei primi anni del XVII secolo la *gentry* avrebbe posseduto circa ottocentocinquanta parchi dalla dimensione compresa tra i venti e i mille acri<sup>48</sup>. Tuttavia, la riduzione delle terre destinate alla caccia incrementò di molto i conflitti tra famiglie confinanti perché accrebbe la tendenza a cacciare la selvaggina dei parchi, specialmente i cervi, senza considerazione della proprietà degli animali<sup>49</sup>.

A partire dal periodo in considerazione e per tutto il XVII secolo la stessa Corona incrementò la rendita delle sue foreste concedendole, in tutto o in parte, in affitto<sup>50</sup>, vendendone il legname e realizzandone il valore capitale

---

ossia la scuola secondaria dove si insegnava principalmente il latino e che inizialmente era aperta a ogni classe sociale, e ricoprivano al massimo la funzione di giudici di pace. Dalle file della *parish gentry* provenivano i grandi poeti e drammaturghi londinesi come Shakespeare e Sheridan. Il secondo gruppo, la *county gentry*, la *gentry* di contea, comprendeva persone dotate di maggior ricchezza, potere, raffinatezza e cultura che rivendicavano automaticamente la *leadership* politica locale, ma erano capaci di allargare i propri orizzonti politici fino a Londra.

<sup>47</sup> Furono, infatti, per primi i Persiani a istituire parchi di caccia in cui il re e i suoi nobili potessero cacciare per divertirsi e mantenersi in allenamento in vista delle spedizioni militari, come sottolinea A. DE SARIO, *La regia caccia*, cit., p. 25 ss, pagine alle quali si rinvia per una meticolosa ricostruzione storica della diffusione delle riserve di caccia in Europa secondo la prospettiva di numerosi studiosi.

<sup>48</sup> S. LASDUN, *The English Park, Royal, Private and Public*, Andre Deutsch Ltd, London, 1991, p. 32 s.

<sup>49</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 73 s riporta un tipico esempio di conflitti del genere. Per esempio, nel 1544, nello Yorkshire dinanzi alla Camera Stellata Sir Christopher Metcalfe, erede di Sir James Metcalfe, il quale aveva allevato undici cervi che poi erano misteriosamente spariti, chiamò a testimoniare il suo vecchio zio. Secondo costui, Lord Scrope, proprietario di una tenuta confinante, poteva essere stato responsabile della sparizione dei cervi, verosimilmente uccisi da un suo servo, perché era stato visto da lui stesso e da altri a cacciare nella foresta e perché correva voce che lui era il responsabile del misfatto, anche se il vegliardo ammetteva tranquillamente di non sapere chi certamente avesse ucciso le bestie. Accuse di tale inconsistenza servivano solo ad arricchire gli avvocati, ma erano la spia di una forte rivalità tra gli appartenenti alla nobiltà.

<sup>50</sup> Una strada fu quella di affittare a privati i boschi cedui e il sottobosco per un certo numero di anni o per tutta la durata della vita di una o più persone in cambio di rendita annuale fissa (c.d. *lease for life* o *lives*). Per la corona questo contratto aveva il vantaggio di eliminare quasi del tutto le spese di amministrazione e gli stipendi dei funzionari, ma esponeva al rischio che il conduttore sfruttasse troppo intensivamente i boschi pregiudicando la futura produzione di legname, rendesse difficile la vita dei cervi selvaggi destinati alla caccia del re e innescasse controversie relative ai diritti d'uso comune. Cfr. N. D. J. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 134.

mediante alienazione, pur tra difficoltà oggettive e varie resistenze<sup>51</sup>. Quando la vendita era accompagnata dalla disforestazione, i diritti dei terzi previsti dalla Carta della foresta si estinguevano. Inoltre, per fare ulteriori profitti, la Corona pretese anche il pagamento integrale e rivalutato dei canoni arretrati dovuti per i terreni boschivi che, distratti dall'uso comune, fin dal XIV secolo erano stati convertiti in fondi arati (*assarts*) in spregio alla *forest law*. Secondo la legge, quando queste illecite operazioni venivano scoperte, il colpevole, dopo aver pagato una multa, avrebbe potuto ottenere la licenza di continuare l'occupazione delle terre e di «recintarle con una siepe bassa e un piccolo fossato» in cambio di una rendita annuale. Nel Northamptonshire e in altre zone, però, la rendita spesso non era stata pagata da gran tempo o perché numerosi soggetti si erano avvicendati nel possesso dei fondi o perché le occupazioni non erano state rilevate tempestivamente.

Durante il regno di Edoardo VI e di Elisabetta I il declino delle foreste continuò anche a causa della condotta dei proprietari dei boschi che abbattevano alberi in continuazione e dei carbonai che ne ricavano, nonostante il divieto legale, combustibile per le fabbriche del ferro. Del resto la stessa Elisabetta proseguì nella pratica di vendere vaste porzioni delle sue foreste per rastrellare denaro. Nel 1592 ella ricevette la proposta di fittare tutti i suoi boschi per la somma di ventimila sterline l'anno. Su consiglio di Lord Howard of Effingham, Lord dell'Ammiragliato e poi *Chef Justice* della Foresta collocata a sud del fiume *Trent*, l'offerta venne respinta. È interessante notare che le ragioni addotte non si riferivano soltanto alla necessità di salvaguardare l'habitat del cervi selvatici, ma anche a esigenze economiche tipiche dei tempi, ossia che la rendita era in definitiva bassa e che era assolutamente necessario evitare il rischio che il concessionario approfittasse della sua posizione per tagliare alberi, che, invece, bisognava salvaguardare in quanto indispensabili per riparare e costruire «le navi di vostra Maestà, che sono i gioielli del vostro regno»<sup>52</sup>.

Sul tradizionale versante del contrasto alla caccia di frodo, si segnala che il Consiglio di reggenza che governò l'Inghilterra durante la minore età di Edoardo VI stabilì nel 1548 che chiunque fosse stato sorpreso a dare la caccia ai cervi nella

---

<sup>51</sup> Da un lato, era difficile determinare l'effettivo valore delle foreste a causa della loro estensione e della numerosa varietà di alberi. D'altro lato, resistenze più o meno accanite provenivano dai funzionari regi timorosi di perdere sia i loro stipendi, sia e forse soprattutto il potere di appropriarsi con i più svariati mezzi delle utilità che si erano abituati a trarre a causa della loro posizione. Si rinvia ancora a N. D. J. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 152.

<sup>52</sup> N. D. G. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 133.

foresta di Waltham, nell'Essex, senza licenza del re, sarebbe stato condannato a pagare una multa e a scontare tre anni di prigione. Se dopo, non fosse stato in grado di fornire garanzie circa la sua futura buona condotta, sarebbe stato esiliato.

### 3. Maliziose letture della Carta della Foresta ai tempi dell'assolutismo degli Stuart

Mentre, nel 1603, la casa reale scozzese degli Stuart saliva sul trono d'Inghilterra, si stavano consolidando le linee di sviluppo dell'economia presenti nel secolo precedente e la preminenza, anche nel parlamento, della borghesia rurale ed urbana poiché il capitalismo si stava sviluppando soprattutto nelle campagne dove erano sorti l'allevamento del bestiame, l'industria tessile, le miniere, la produzione agricola per il mercato<sup>53</sup>.

Giacomo I fu un re bonaccione, ciarliero, vanitoso e dotato di una certa cultura libresca<sup>54</sup>. Nel 1598, fu autore di una convenzionale apologia dell'assolutismo per diritto divino, *The True Law of Free Monarchies, or the Reciprocal and Mutual Duty Betwixt a free King and His Natural Subjects*<sup>55</sup>, un saggio nel quale la definizione bodiniana della sovranità fu utilizzata e radicalizzata omettendo le limitazioni da Bodin poste al monarca tra cui, in primo luogo, l'inviolabilità della proprietà privata<sup>56</sup>. Il re, che a Londra si concedeva pochi svaghi, peraltro nel mirino dei Puritani<sup>57</sup>, ebbe una ossessiva passione per caccia, sport che sosteneva giovargli

---

<sup>53</sup> C. HILL, *La rivoluzione inglese e lo Stato*, in (a cura di) C. HILL, *Saggi sulla rivoluzione inglese del 1640*, Feltrinelli, Milano, 1957, p. 81 e 82.

<sup>54</sup> G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 448.

<sup>55</sup> Nella sua opera, re Giacomo si ingegnò di dimostrare che la monarchia derivava la sua autorità direttamente da Dio («è modello esatto della divinità») e che l'esercizio assoluto del potere era in armonia con le leggi naturali e le usanze del regno, ossia della Scozia, dove, in effetti, il Parlamento scozzese, a differenza di quello inglese, era una «specie di Ufficio del Registro». A dimostrazione di questa tesi il sovrano citava i versi del Libro di Samuele in cui il Signore dice agli israeliti che un monarca ha il diritto di servirsi a volontà dei loro beni e dei loro figli. Egli aggiungeva che il diritto divino dei re era legittimato anche dalla versione biblica della Creazione. Come dimostra il sottotitolo, il saggio era anche l'affermazione, altrettanto convenzionale del contrattualismo dal momento che, quale che ne fosse la versione, esso si basava sull'idea che i contratti fossero vincoli religiosi, fondati necessariamente sul diritto divino. Cfr., sul punto, M. KISHLANSKY, *A Monarchy Transformed. Britain 1607-1714*, Allen Lane The Penguin Press, London, 1996, trad. it., *L'età degli Stuart. L'Inghilterra dal 1603 al 1714*, Il Mulino, Bologna, 1999, p. 56 ss.

<sup>56</sup> Sulla circolazione e l'influenza dell'opera di Bodin in Inghilterra, L. D'AVACK, *Costituzione e Rivoluzione*, cit., p. 145 ss.

<sup>57</sup> A Giacomo I piaceva assistere agli spettacoli di combattimento tra animali. Nel 1617, in seguito alle dispute tra puritani e cattolici, sorte nel Lancashire, circa gli spettacoli domenicali, il re emise

alla salute<sup>58</sup> e per il quale a volte trascurava i suoi doveri di monarca<sup>59</sup>. Egli fu anche un contestato amministratore delle foreste reali dalle quali cercò di ricavare tutto il denaro possibile. Nonostante questa impostazione, la sua politica forestale tese anche a garantirgli l'esercizio del passatempo preferito nel modo più ampio. Da monarca assoluto quale si considerava, egli era convinto di avere l'illimitata prerogativa di cacciare dove gli fosse piaciuto, sicché, quando annunciava di voler fare un battuta in un determinato luogo, magari incurante del fatto che molti terreni erano stati recintati per proteggere la crescita degli alberi, ordinava al proprietario di sospendere ogni attività venatoria e di nutrire bene i cervi destinati a essere le sue prede<sup>60</sup>. Se a quest'ordine era imprudente tentare di sottrarsi, preparare bene la caccia del re costituiva una via privilegiata per accaparrarsene i favori, ma, al tempo stesso, questa *chance* eccitava la litigiosità tra vicini quando i cervi venivano trovati uccisi o scomparivano dalla tenuta del proprietario, un contrasto di cui si occupò molto di frequente la *Star Chamber*<sup>61</sup>.

---

*a Book of Sports* nel quale autorizzava determinati spettacoli e feste nonostante che essi fossero stati additati come causa della profanazione del Sabbath e occasione di peccato. Tuttavia, per non eccitare i puritani, egli vietò, nel giorno della domenica, alcuni giochi tra cui, appunto, il combattimento tra animali. Tuttavia, il re non riuscì a placare gli animi degli oppositori e quindi decise di ritirare l'ordine di leggere il libro degli sports in tutte le parrocchie del regno. In argomento, E. GRIFFIN, *Blood sport*, cit., p. 91.

<sup>58</sup> Per giustificare le sue frequenti assenze Giacomo I scrisse al *Privy Council* che l'aria aperta e l'esercizio sportivo erano necessari anche «ai corpi più robusti» Cfr. (edited, with an introduction by) G.P. AKRIGG, *Letters of King James VI & I. James I, King of England 1566-1625*, University of California Press, 1984, p. 245 ss.

<sup>59</sup> Sul comportamento negligente del re esistono numerose testimonianze. Per esempio, i suoi segretari lamentavano che spesso Giacomo ritardava la firma di atti ufficiali perché, essendo andato a caccia per due giorni consecutivi, dormiva fino a tardi. Dopo che solo da pochi mesi era salito al trono, l'ambasciatore veneziano inviò una relazione nella quale annunciava con disappunto che «nei prossimi trenta giorni il re sarà lontano dal suo Consiglio perché impegnato in una battuta di caccia ed ogni cosa è tenuta in sospenso». Anche l'ambasciatore di Francia lamentò che, durante le trattative per le nozze tra Henrietta Maria e il figlio di Giacomo I, il futuro Carlo I, il sovrano si era mostrato più preoccupato per la cattura e l'uccisione di uno dei suoi cervi preferiti che per il buon esito delle negoziazioni. Cfr. E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 89.

<sup>60</sup> In (edited, with an introduction by) G.P. AKRIGG, *Letters of King James*, cit. p. 233 è riportata una lettera di Giacomo I a Robert Cecil, la cui lettura è estremamente interessante: «*It is time that ye prepare the woods and park of Theobald for me. Your part thereof will only be to Harbour me good stags, for I Know ye mind to provide for no other entertainment for me there than as many stags as I shall Kill with my own hunting... it will be easy for you to harbor a great stag amongst the sweet groves about your house... But in earnest, I lose all this year's progress if I begin not to hunt there upon Monday come eight days, for the season of the year will no more stay upon a King than a poor man.*»

<sup>61</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 92.

Giacomo I legittimava le sue smodate pretese sostenendo che la *forest law* era «antica e autentica come la Magna Carta»<sup>62</sup> e quindi annunciò che l'avrebbe applicata severamente ed integralmente insieme alle leggi contro la caccia di frodo, quasi cadute in disuso. In effetti, egli ordinò numerose ispezioni nelle foreste reali per scovare i terreni boschivi trasformati in appezzamenti coltivati (*assarts*) e, moltiplicandone implacabilmente i proprietari, raggranellò la non disprezzabile cifra di 25.000 sterline. Più che naturale che, in questa ottica, non si degnasse di menzionare la Carta della Foresta che invece disciplinava i diritti d'uso comune. Sempre a causa della sua ossessione per la caccia, Giacomo I lasciò cadere quasi nel vuoto i consigli di rimpinguare le sue casse vendendo vaste porzioni delle foreste reali, come avevano fatto i Tudor prima di lui. Egli si limitò, invece, a dare in affitto certi boschi nella foresta del Northamptonshire<sup>63</sup>, e verso la fine del suo regno, a disforestarne solo alcuni<sup>64</sup>, provocando tuttavia proteste e sommosse degli abitanti, che, essenzialmente dediti ad una agricoltura di sussistenza, venivano privati dei diritti d'uso comune, il cui godimento era necessario alla loro vita<sup>65</sup>. Giacomo I fu cauto anche nel rifornire la marina reale di legname perché fece tagliare solo duemila e cinquecento querce nella New Forest e altrove.

Addestrato alla caccia allo scopo di assumere un contegno regale all'altezza dei tempi<sup>66</sup>, Carlo I, figlio di Giacomo I, si spinse molto avanti sulla strada di politiche forestali che, già impopolari, sarebbero state giudicate anche illegittime. Dal 1629 al 1639, ossia negli undici anni della sua «Personal Rule», durante i quali governò senza il Parlamento, che odiava in modo viscerale<sup>67</sup>, si ingegnò di rastrellare denaro imponendo tasse di sua sola iniziativa. Il re agì, dunque, in spregio alla tradizione del regno fondata sul rispetto della Magna Carta, una tradizione ribadita dalla Camera dei Comuni nella sua ultima e tempestosa seduta<sup>68</sup>. Di contro, Carlo I rivendicò la legittimità il suo operato con la teoria che le imposte giustificate

<sup>62</sup> N. A. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 348.

<sup>63</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 90.

<sup>64</sup> La Melchet Forest nel Wiltshire; la Pamber Forest nell'Hampshire e la Galtres Forest nello Yorkshire.

<sup>65</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship and the Challenges of Managing the Stuart Royal Forests in England (1603-1714)*, in 17 *Journal of Market and Morality*, 2014, n. 2, p. 408.

<sup>66</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 91.

<sup>67</sup> Riconduce le ragioni profonde dello scontro tra re e parlamento alla lotta di classe tra nobili parassiti raccolti intono al primo e le nascenti forze borghesi della città e della campagna rappresentate in Parlamento, C. HILL, *La rivoluzione inglese*, cit., p. 17 ss.

<sup>68</sup> Su questa tempestosa seduta che approvò le risoluzioni contro «il papismo e l'arminianesimo» e contro le tasse illegali sul vino e altre merci importate ed esportate, G.M. TREVELYAN, *Storia di Inghilterra*, cit., p. 457.

dalla facoltà concessa al re di agire per il bene del regno in situazioni di emergenza sfuggivano al veto sulle tassazioni non ratificate dal Parlamento<sup>69</sup>.

Per tassare anche i sudditi delle foreste si imboccò una strada tortuosa. Il primo passo fu riafforestare i territori disforestati dai tempi di Edoardo I, ossia negli ultimi trecento anni, il che, riesumando l'antica prerogativa appartenuta addirittura ai re normanni, violava palesemente la Carta della Foresta e, in fondo, costituiva l'applicazione della idea, espressa da Giacomo I in *The True Law of Free Monarchies*, che, essendo stato il regno d'Inghilterra originato da una conquista, il re aveva il potere di togliere la terra ai suoi sudditi senza dover rendere conto di nulla secondo il venerando principio del diritto romano «*quod enim nullius est, id ratione naturali occupanti conceditur*»<sup>70</sup>. Nel 1632, dunque, il re ordinò al suo *general attorney*, Sir William Noy, un giurista che aveva detto la sua su come potevano essere incrementate le entrate del tesoro reale<sup>71</sup>, di realizzare questo progetto. In effetti, costui e i suoi consiglieri tirarono fuori dagli archivi i documenti del XIII secolo nei quali erano stati indicati i confini delle foreste reali e dichiararono illegittime le disforestazioni posteriori. I passi successivi furono: resuscitare l'autorità, da tempo sopita, delle *forest eyres* assegnandovi giudici fedeli alla Corona, una strategia necessaria a causa del fatto che il governo non aveva un apparato burocratico proprio e dipendeva dagli amministratori della giustizia per la riscossione delle imposte<sup>72</sup> e, infine, imputare *ex post* a ricchi e poveri le violazioni della *forest law* dove non era stata in vigore per molte generazioni.

Vennero fiscalmente colpiti per primi uomini e donne delle foreste di Windsor e di Dean e, in seguito al limitato successo dell'iniziativa, nel 1634, gli abitanti di altre foreste, tra cui quelle dell'Essex di cui si prese cura il nuovo *general attorney*, Sir John Finch<sup>73</sup>. Nella foresta di Dean, per esempio, i funzionari del re raccolsero

---

<sup>69</sup> Su tale questione, trattata per esempio, nel caso *Bate's Case* del 1603 sulla imposizione di tasse ai porti, G.D. H. HALL, *Impositions and the Courts 1554-1606*, in *Law Quarterly Review*, 1953, p. 175 ss.

<sup>70</sup> L. D'AVACK, *Costituzione*, cit., p. 172 ss.

<sup>71</sup> W. NOY, *A Treatise of the Rights of the Crown from the Parliament Rolls of 1634 Declaring How the King of England may Support and Increase his Annual Revenues* che può leggersi nella versione ristampata nel 1715.

<sup>72</sup> C. HILL, *La rivoluzione inglese*, cit., p. 84.

<sup>73</sup> John Finch, primo barone di Finch (1584-1660) fu un personaggio di primo piano. Varie volte fu rappresentante della città di Canterbury in Parlamento tra il 1621 e il 1629. Fu speaker della Camera dei Comuni. Egli venne successivamente nominato da Carlo I, di cui godeva la fiducia, Consigliere del Re, *General Attorney*, *Chief Justice* della *Court of Common Pleas* e infine *Lord Keeper of the Great Seal of England*. Come giudice partecipò alla condanna di John Hampden che si era rifiutato di pagare la famigerata *ship money*. Con l'avvento di Lungo Parlamento pagò la sua fedeltà

prove relative a ottocento violazioni, alcune delle quali risalenti a quaranta anni prima: certuni furono accusati di aver cacciato di frodo cervi e cerbiatti, altri di aver tagliato alberi o di averli spogliati dei rami, altri di possedere cani non mutilati delle tre dita delle zampe anteriori, alcuni, infine, di aver abusivamente recintato i terreni, una imputazione destinata a catturare il consenso dei contadini poveri e spingerli a riconoscere il re come protettore dei loro diritti.

A volte i tartassati tentarono di contrastare queste azioni per via legale. Il conte di Warwick chiese a Sir John Fisch che gli fosse concesso un tempo ragionevole per rintracciare e produrre i documenti atti a dimostrare che le sue terre si trovavano fuori dai confini della foresta reale da più di trecentotrentatré anni allo scopo «di godere in pace delle proprietà che erano appartenute ai nostri antenati». La sua richiesta fu respinta e la corte della foresta ricomprese l'intera contea dell'Essex nella foresta reale di Haining.

Le condanne per le infrazioni riscontrate furono molto severe perché il re raccomandò allo *Chief Justice* in *Eyre South of Trent*, Lord Holland, di riesumare le antiche pene pecuniarie che, nel corso del tempo, erano state addolcite per quasi tutte le violazioni, tranne che per la caccia di frodo dei cervi, come tacita e parziale compensazione dei danni che l'afforestazione di un territorio infliggeva ai suoi abitanti. Pertanto, nel Northampshire la Corona pretese di riscuotere a titolo di multe 80.000 sterline e nel Gloucestershire 130.000 sterline. In questo quadro, se, di regola, il contadino povero veniva multato per alcuni scellini soltanto, somma che, per quanto per lui gravosa, nel complesso non forniva un gettito significativo all'erario, la *gentry* e gli *yeomen* subivano multe di importo davvero considerevole. Naturalmente, la Corona non sperava in un incasso integrale delle somme pretese e quindi, facendo propria la strategia adottata con profitto da Giovanni senza Terra più di quattrocento anni prima, accolse a braccia aperte i ricchi disponibili a versarne una parte cospicua affinché i propri possedimenti fossero nuovamente esclusi dal perimetro delle foreste reali.

Inoltre Il re mise sul mercato alcune proprietà. Per esempio, vendette certi boschi della Foresta di Dean a John Wintour il quale, in quanto proprietario di

---

al re. Accusato di alto tradimento, fu privato di ogni incarico pubblico, le sue proprietà furono sequestrate e riparò in Olanda. Non si conosce la data sotto la quale ritornò in Inghilterra, ma è certo che nel 1660 fu *commissioner* nel processo intentato da Carlo II contro alcuni regicidi. Se ne può leggere una dettagliata biografia, in *The History of Parliament. British Political Social & Local History*. Della sua vicenda è particolarmente interessante l'accusa di alto tradimento perché segnò una svolta nella configurazione di questo reato che, durante il medioevo era la violazione di un rapporto personale, mentre adesso veniva spersonalizzato perché si trattava «di tradimento sia contro il re che contro il regno perché chiunque è contro l'intero corpo e certamente contro la testa». In argomento, C. HILL, *La rivoluzione inglese*, cit., p. 82.

imprese che lavoravano il ferro, prese a tagliare alberi a volontà per alimentare le fornaci. In casi del genere, ancora una volta i diritti d'uso comune si estinsero con grave danno della classe dei contadini poveri<sup>74</sup>.

Nel complesso la rapace politica fiscale di Carlo I fu un successo da un punto di vista economico, ma ebbe effetti politici disastrosi e il Parlamento, convocato nel 1640, il c.d. Lungo Parlamento, gliene chiese conto. Nella *Grand Remonstrance* del 1641 anche la sua politica forestale fu passata al setaccio. Gli si rimproverò di aver provocato «la generale distruzione del legname del re» come nel caso della foresta di Dean, venduta per di più a un papista, John Wintour<sup>75</sup>, con grande pregiudizio per il mantenimento della flotta, per la quale la borghesia imprenditrice aveva un crescente interesse<sup>76</sup>. Gli si rinfacciò l'illegittimità dell'allargamento dei confini delle foreste reali e delle ammende. Per rimediare a questi soprusi che, come, un decennio dopo, avrebbe sottolineato con enfasi Anzolo Correr, diplomatico veneziano, avevano «privato gli uomini della proprietà di cui avevano goduto per alcuni secoli senza che la Corona avanzasse alcuna pretesa», il re, nell'agosto di quello stesso anno, fu costretto a dare il suo regale assenso alla legge per la *Certainty of Forests*, la quale abolì le *forest eyres* e ripristinò i confini delle foreste reali esistenti all'inizio del regno di Giacomo I.

Ma la guerra civile era ormai alle porte. Durante il conflitto, nel 1642, il Parlamento puritano trovò il tempo di discutere sugli sport ai quali il popolo avrebbe potuto dedicarsi senza commettere peccato e legittimò l'ingerenza del potere politico nella gestione del tempo libero dei sudditi. In questo scenario,

---

<sup>74</sup> Sulle vicende illustrate nel testo, E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 94 s.

<sup>75</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship*, cit., p. 409.

<sup>76</sup> Poiché nel 1633 i pirati erano stati tanto attivi nel canale della Manica che i mercanti avevano invocato insistentemente la protezione del re, Carlo I aveva rimesso in vigore un tributo tradizionale, la *ship money*, una imposta che prevedeva che le città portuali fornissero una nave di determinate dimensioni o una somma di denaro affinché la Corona potesse costruirne una. Nel 1635 questa imposta venne estesa alle città interne secondo il principio che l'intero regno avrebbe tratto beneficio dalla sicurezza dei mari. La riscossione fu organizzata con cura e secondo criteri ben determinati per evitare obiezioni legali e in effetti, pur tra continui mugugni, l'imposta fu pagata prontamente. Ma John Hampden dello Buckinghamshire, una contea tradizionalmente esente dall'imposta, intentò un processo contro la Corona in nome dei proprietari inglesi. Hampden ricorse alle vie legali dopo che, a distanza di sette anni dalla convocazione dell'ultimo Parlamento, erano state emesse, per il secondo anno consecutivo, delle ordinanze relative al tributo. Questo permise ai suoi avvocati di sostenere che la *ship money* non poteva essere sostenuta con la scusa dell'emergenza temporanea e che, pertanto, i fondi per la marina si dovevano ricavare chiedendo un sussidio al Parlamento. Al di là della sua importanza costituzionale, la vicenda della *ship money* dimostra il distacco della *gentry* di contea dalla Corona. Cfr. M. KISHLANSKY, *L'età degli Stuart*, cit., p. 165 ss. e p. 183 s.

mentre i tradizionali *blood sport*, quali i combattimenti tra animali, venivano severamente vietati senza tuttavia che si riuscisse a sradicarli del tutto neanche durante il protettorato di Cromwell, si riproposero i vecchi dubbi sulla praticabilità della caccia. Tali perplessità furono superate, in primo luogo, dal tradizionale argomento che era sempre stato naturale per gli animali vivere «continuamente nella paura e nel terrore sia quando non sono cacciati, sia quando lo sono»<sup>77</sup> sicché un gentiluomo dedito alla caccia con moderazione e senza incrudelire sulle prede in definitiva rispettava le leggi del creato<sup>78</sup>. In secondo luogo, si rivelò di sorprendente efficacia l'esaltazione della selvaggina come cibo per la tavola, un aspetto che le classi sociali superiori, le più interessate a continuare l'attività venatoria senza intralci, in passato avevano sempre svalutato<sup>79</sup>.

Come durante ogni conflitto, le foreste reali e i parchi privati furono saccheggiate non soltanto dai contadini per i quali quelle proprietà costituivano il simbolo dell'arroganza del sovrano e dei nobili, ma spesso anche dai soldati che, quando non ricevevano la paga, si appropriavano di legna e cervi per compensarsi della perdita subita. Per quanti sforzi il Parlamento facesse per arginare la razzia, esso non riuscì nello scopo per tutta la durata della guerra civile che ebbe fine il 30 gennaio 1649. Quel giorno, andando incontro al suo destino, Carlo I Stuart passò, con regale dignità, «da un mondo corruttibile a uno incorruttibile, dove non c'è che pace, tutta la pace possibile»<sup>80</sup>.

#### 4. La decadenza delle foreste durante il Parlamento Monco e il protettorato di Cromwell

Dopo l'esecuzione del re nel 1649, l'Inghilterra divenne una repubblica governata, fino al 1653, dal *Rump Parliament*, il Parlamento monco, che aveva accettato la *Pride's Purge* e il regicidio e avvocato a sé tutti i poteri legislativi ed esecutivi. Esso era formato da quei membri del Parlamento Lungo rimasti al loro posto dopo l'espulsione dei Presbiteriani e che, inclini al compromesso con il re, rappresentavano possidenti e ricchi mercanti. Il parlamento monco confiscò e

---

<sup>77</sup> R. B. MANNING, *Hunters and Poachers. A Cultural History of Unlawful Hunting in England, 1485-1640*, Oxford, 1993, p. 196.

<sup>78</sup> In questa prospettiva, infatti, Sir Edward Peyton, un possidente di fede puritana residente a Isleham, nel Cambridgeshire, considerava la caccia «*the most commendable exercise*». Cfr. R. B. MANNING, *Hunters and Poachers*, cit., p. 205.

<sup>79</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 99.

<sup>80</sup> M. KISHLANSKY, *L'età degli Stuart*, cit., p. 209.

vendette le terre della Corona, della Chiesa e dei *malignant* realisti per finanziare la conquista dell'Irlanda e l'invasione della Scozia<sup>81</sup>. In questo quadro, il parlamento prese possesso anche delle foreste reali, che, in linea generale erano state male amministrate e che, come i parchi privati, erano state in gran parte devastate durante la guerra civile<sup>82</sup>. Gli abitanti della foresta di Windsor, per esempio, si erano presi «oltraggiose» libertà, massacrando i cervi in massa, trasformando il Great Park in fattorie ed estendendo i loro «diritti» come mai era avvenuto in passato<sup>83</sup>.

Verso il 1650, in un clima di maggiore stabilità politica, il Parlamento decise di affidare le foreste a dei *trustees* affinché fossero vendute con il solito obiettivo di rastrellare denaro, necessario, questa volta, per pagare l'esercito. In quanto annunciava l'avvicendamento nelle proprietà delle terre di soggetti appartenenti alle classi superiori senza intaccarne il potere di sfruttare coloro che a vario titolo lavoravano la terra, tale scelta rifletteva la sconfitta dei Livellatori, una delle correnti puritane più radicali presenti nell'esercito parlamentare ed espressione essenzialmente di una classe «condannata», quella dei piccoli coltivatori indipendenti<sup>84</sup>, degli affittuari veri e propri (*leaseholders*) e dei fittavoli consuetudinari (*customary tenants*). A partire dai dibattiti di Putney i Livellatori avevano proposto forme di democrazia politica più avanzate, imperniate sul suffragio universale maschile<sup>85</sup>. Queste proposte politiche radicali erano funzionali a realizzare e difendere, sul piano sociale, la

---

<sup>81</sup> Su questi avvenimenti, A. L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p. 203 ss.

<sup>82</sup> Durante la guerra civile, molti proprietari di parchi privati, un tempo simbolo di orgoglio di classe, subirono saccheggi. A Farnham, nel Surrey, per esempio, «i contadini si riunirono in gran numero e distrussero il parco del Vescovo di Winchester uccidendo una ventina di cervi». La stessa sventura patirono anche alcuni sostenitori del Parlamento. Nel 1646 Sir Robert Harley testimoniò che i suoi parchi erano stati lasciati aperti e completamente distrutti e almeno cinquecento cervi uccisi. Cfr. S. LASDUN, *The English Park*, cit., p. 32 s.

<sup>83</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 46, il quale sottolinea che il ricordo e le conseguenze di tali avvenimenti erano ancora vivide nei primi decenni del XVIII secolo tanto che la duchessa di Marlborough, tentava ancora di impedire che le carrozze, i tiri per il trasporto del legname e i carri superassero i cancelli del Great Park e che fosse rivendicato il diritto di passaggio sostenendo che «non vi fu mai una strada in questa parte del parco, tranne al tempo di Oliver Cromwell, quando il re non era in possesso della sua corona e allora è probabile che potessero esserci delle strade di passaggio».

<sup>84</sup> Salve fortunate eccezioni, la classe dei piccoli proprietari indipendenti sarebbe stata lentamente eliminata dallo sviluppo di una economia capitalista. I Levellers rappresentavano inoltre gli artigiani cittadini, specie a Londra, e cominciarono a prendere contatto con le masse operaie. Cfr. A. L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p. 198.

<sup>85</sup> Individua nella sconfitta dei Livellatori la nascita del conflitto tra capitalismo e democrazia protrattasi sino ai nostri giorni, L. ADDANTE, *Separati dalla nascita*, in *Jacobin Italia*, 2019, n. 3, p. 10.

scelta non solo di «aprire tutte le recinzioni di terreni comuni e paludosi avvenuti negli ultimi tempi e farli recingere solo o precipuamente a beneficio dei poveri»<sup>86</sup>, ma soprattutto di creare una classe di piccoli proprietari coltivatori liberi<sup>87</sup>. Benché «cauta e riguardosa»<sup>88</sup> contro questa politica si sarebbe scagliato Cromwell in persona, determinato a difendere i tradizionali rapporti di classe della società inglese<sup>89</sup>.

In questo scenario, nel 1653 i *trustees* presentarono al Consiglio di Stato «a Proposal to manage the forests of late King less offensivly to the people» e la legge che seguì, l'*Act of Disafforestation*, ne dispose, appunto, la disforestazione e la vendita. A quel punto si scatenarono potenti opposizioni dei veri vincitori della rivoluzione. I grandi proprietari, che avevano ceduto i loro diritti di caccia dietro pagamento di una alta rendita e coloro che avevano affittato a buon prezzo le terre con i diritti d'uso comune stabiliti dalla Carta della Foresta presentarono una petizione affinché la vendita fosse bloccata. L'anno seguente fu chiaro che le vendite non sarebbero andate a buon fine anche perché si erano fatti avanti pochissimi compratori.

Cromwell, che nel frattempo, aveva instaurato il suo protettorato sul Commonwealth, cioè in sostanza, una dittatura militare per paralizzare l'azione degli estremisti puritani, nominò un'altra commissione per decidere il da farsi. I nuovi commissari riconobbero che la legge approvata da poco «*was impossibile to execute*» e, pressati dalla solita necessità di rimpinguare il tesoro dello stato, ripiegarono su un obiettivo più modesto e realistico, ossia vendere solo quattro

---

<sup>86</sup> H. N. BRAILSFORD, *The Levellers and the English Revolution*, The Cresser Press, London, 1961, trad. it., *I livellatori e la rivoluzione inglese*, Il Saggiatore, Milano, 1962, Vol. II, *I livellatori e la terra*, p. 463 ss. Una raccolta dei documenti prodotti dall'esercito si può leggere in *Puritanesimo e libertà. Dibattiti e libelli. Studio introduttivo, versione e note di V. Gabrielli*, Einaudi, Torino, 1956.

<sup>87</sup> Nel *New Engagement or Manifesto*, che fu redatto proprio mentre scoppiava la seconda guerra civile si legge: «Che il secolare e pressoché antiquato simbolo di schiavitù basato su copie, giuramento di fedeltà, omaggi, multe a piacere del signore ecc. venga abolito essendo il marchio del Conquistatore sul popolo; e che a questo scopo si fissi una certa quota in denaro alla quale tutti i concessionari possano acquistare il libero possesso delle terre occupate e qualora non vogliano o non possano farlo, si stabilisca una data dopo la quale tutti i servizi, le multe, le consuetudini ecc. siano trasformati in un certo canone d'affitto». Cfr. H. N. BRAILSFORD, *The Levellers*, cit., p. 486.

<sup>88</sup> H. N. BRAILSFORD, *The Levellers*, cit., p. 487.

<sup>89</sup> «Il nobile, il gentleman, il contadino: questa e la sana distinzione all'interno del paese... Considerate se il principio dei livellatori non tendeva a ridurre a uniformità il rango naturale degli uomini. Essi [i Livellatori] volevano parificare il contadino al signore. E se ci fossero riusciti, ciò non sarebbe durato lungamente... Ma che questa propaganda fosse facile a diffondere è cosa manifesta, perché è suadente per tutti i poveri e benvenuta per tutti i cattivi». Tale dichiarazione di Cromwell si può leggere in *I livellatori e la terra*, cit., p. 463. In argomento, si rinvia anche a U. MATTEI, *Senza proprietà non c'è libertà. Falso!*, Laterza, Bari, 2014, p. 52 ss.

foreste, Ashdown, Sherwood, Kingswood e Needwood. Anche questa proposito naufragò di fronte alle rimostranze degli abitanti<sup>90</sup>.

A contrastare la scelta di vendere le foreste reali in una ottica diversa da quella suddetta furono anche alcuni studiosi di scienze agrarie, il più noto dei quali Silvanus Taylor, un ex soldato dell'esercito parlamentare, aveva pubblicato, nel 1652, un libro, *Common Good*, di grande interesse perché proponeva una gestione delle proprietà orientata alla soddisfazione del bene comune al quale anche i proprietari avrebbero dovuto concorrere sotto il controllo dello stato e obbedendo ai dettami della provvidenza secondo la visione puritana<sup>91</sup>. Tale suggerimento era coerente con il «Patto del libero popolo inglese proposto come offerta di pace a questa afflitta nazione»<sup>92</sup>, uno «schizzo dilettesco di costituzione scritta»<sup>93</sup> elaborato nel 1649 da alcuni dei maggiori esponenti dei livellatori<sup>94</sup> nel quale, contro ogni prospettiva egualitaria e comunista, abbracciata dai *Diggers*, gli Zappatori<sup>95</sup>, veniva proclamata la centralità e l'intangibilità della proprietà privata<sup>96</sup>, appena addolcita con l'affermazione di un concetto sociale di moralità, eco della *Non nobis solum nati sumus* di Cicerone, contenuta nel *Manifesto* di poco precedente<sup>97</sup>.

Dunque, Taylor sostenne che bisognava mantenere le foreste nelle mani del *Commonwealth* perché così sarebbe stato possibile soddisfare gli interessi pubblici, ossia destinare il legname al potenziamento della flotta, tradizionale pretesa della classe dei mercanti, e affittare i terreni, anche incolti o abbandonati, a prezzi ragionevoli affinché fossero coltivati per sfamare la popolazione. Quindi, soltanto

---

<sup>90</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 101.

<sup>91</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship*, cit., p. 411.

<sup>92</sup> Questi documenti possono essere letti in *Puritanesimo e libertà*, cit., p. 155.

<sup>93</sup> H. N. BRAILSFORD, *The Levellers*, cit., p. 573.

<sup>94</sup> John Lilburne, William Walywyn, Thomas Prince e Richard Overton impegnarono due settimane a redigere il Patto del popolo mentre erano prigionieri nella Torre di Londra. Cf. A. L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p.198 ss.; C. HILL, *God's Englishman. Oliver Cromwell and the English Revolution*, The Dial Press, New York, 1970; trad. it., *Vita di Cromwell*, Laterza, Bari, 1974, p. 115 ss.

<sup>95</sup> H. N. BRAILSFORD, *The Levellers*, cit., p. 570.

<sup>96</sup> La XXX dichiarazione del *Patto* recita che «Noi pertanto conveniamo e dichiariamo che nessun Parlamento avrà il potere in alcun modo di livellare i beni degli uomini, abolire la proprietà privata o introdurre la comunità dei possessori».

<sup>97</sup> Sulle radici culturali del comunismo utopistico dei *Diggers*, V. GABRIELLI, *Studio introduttivo a Puritanesimo e libertà*, cit., LXIII ss. Per ulteriori approfondimenti, G. SCHIAVONE, *Giustizia, diritti e potere in Gerard Winstanley, in Utopia and Utopianism*, 2013, n. 4, p. 43 ss; L. H. BERENS, *The Digger Movement in the Days of the Commonwealth*, Simpkin, Marshall, Kent & Co., London, 1906,

sotto il controllo pubblico sarebbero state ammissibili le recinzioni dei terreni<sup>98</sup>, una proposta che tentava di bilanciare l'estinzione dei diritti comuni con la destinazione a scopi sociali della proprietà privata. Di fatti, però, in questo periodo le recinzioni avvenivano per iniziativa dei grandi proprietari, determinati a soddisfare solo i propri interessi, e cominciarono ad essere riconosciute dallo stesso parlamento<sup>99</sup>.

Nel frattempo il governo cercava almeno di migliorare l'amministrazione delle foreste e quindi, ripetendo le mosse degli Stuart, ne riesumò le corti tradizionali e nominò nuovi amministratori. Tuttavia, i risultati furono davvero deludenti essenzialmente perché mancò un progetto lungimirante su come riparare le devastazioni occorse durante la guerra civile<sup>100</sup>. A volte le corti riuscirono a reprimere usi predatori delle risorse della foresta. Nel 1655, fu condannato severamente un certo Mr. Clarke, il quale, avendo comprato estesi appezzamenti di bosco nella foresta reale di Sherwood, aveva violato ogni regola vigente fin dai tempi di Enrico VII e relativa ai limiti nei quali gli alberi potevano essere abbattuti. Costui aveva confidato che la sua azione sarebbe rimasta priva di conseguenze perché aveva acquistato una proprietà confiscata a una famiglia lealista<sup>101</sup>.

## 5. L'età della Restaurazione e l'interesse della borghesia per le foreste. La disciplina della caccia come fattore di distinzione sociale

Invitato a rientrare in patria e a salire sul trono, Carlo II Stuart era consapevole che, mentre suo padre, Carlo I, aveva preteso di essere re per diritto divino, egli lo era diventato per volontà di proprietari fondiari e mercanti<sup>102</sup>. Essi, alla morte di Richard Cromwell, l'incolore figlio del Protettore, avevano manifestato il proprio scontento per gli alti costi sopportati a causa della politica estera aggressiva e del mantenimento dell'esercito, esborsi che ostacolavano l'espansione dei loro affari all'interno del regno<sup>103</sup>. Il sovrano era dunque 'obbligato' a soddisfare gli interessi di queste classi.

Il compromesso su cui si fondava la Restaurazione si tradusse nella nuova sistemazione fondiaria e fiscale del regno. Le terre confiscate durante il *Commonwealth* alla Chiesa e alla Corona vennero restituite agli antichi proprietari. Inoltre i

---

<sup>98</sup> P. WARDE, *The invention of Sustainability Nature and Destiny*, Cambridge University Press, 2018, p. 92.

<sup>99</sup> Nel 1656, durante il Protettorato, il parlamento per la prima volta bocciò una proposta di legge che vietava le recinzioni. Cfr. H. N. BRAILSFORD, *The Levellers*, cit., p. 472.

<sup>100</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 101.

<sup>101</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship*, cit., p. 420.

<sup>102</sup> M. KISHLANSKY, *L'età degli Stuart*, cit., p. 275 ss.

<sup>103</sup> A. L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p. 213.

proprietari terrieri furono sollevati dal pagamento di tutti i tributi feudali<sup>104</sup> e gran parte dei loro obblighi fiscali furono scaricati sul resto della popolazione<sup>105</sup> mediante una tassa indiretta di dazio sui generi di prima necessità. Dal punto di vista delle classi dominanti, pertanto, la restaurazione può essere considerata un compimento piuttosto che un rovesciamento della loro rivoluzione<sup>106</sup>.

Risentiti del nuovo clima anche la politica relativa alla gestione delle foreste reali. Per gli abitanti comuni la Restaurazione «significò una controrivoluzione in molti modi concreti e spiacevoli»<sup>107</sup>: appena rimesso sul trono, Carlo II ripopolò le sue riserve con cervi in gran parte donatigli da alcuni nobili, fece espellere i nuovi *farmers* e rimise in vigore la vecchia legislazione forestale<sup>108</sup> per contrastare, come al solito, la caccia di frodo e il furto degli alberi. Per il resto, la Corona si dedicò a favorire gli interessi delle classi egemoni facendo in modo, per quanto possibile, che specialmente l'accaparramento del legname necessario alla costruzione delle navi da guerra e al funzionamento delle miniere, un'attività intrapresa sovente dagli stessi proprietari terrieri fin dalla metà del XVI secolo<sup>109</sup>, non fosse ostacolato né dall'esercizio di alcuni tradizionali diritti comuni della popolazione, né da antiche pratiche abusive che si erano consolidate nel corso del tempo. Tuttavia, la crescita degli alberi continuava ad essere messa a repentaglio soprattutto dai cervi selvatici, sicché i funzionari ebbero il loro bel daffare per proteggere, a un tempo, la vegetazione e l'habitat dei preziosi animali<sup>110</sup>.

---

<sup>104</sup> K. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*, Band I, trad. it., a cura di Delio Cantimori, *Il capitale*, Libro I, Editori Riuniti, Roma, 1977, Settima Sezione, Capitolo. Ventiquattresimo, p. 786 afferma che «i proprietari fondiari rivendicarono la proprietà privata moderna su quei fondi sui quali possedevano soltanto titoli feudali».

<sup>105</sup> In realtà in linea di diritto, sui possidenti gravava anche una imposta progressiva sui terreni, che era stata istituita durante la guerra civile per pagare l'esercito e che era odiata profondamente dai proprietari. Nel momento in cui essa fu più pesante rese all'erario 1.500.000 sterline l'anno su un reddito nazionale di 2.500.000. Durante la restaurazione, però, essa fu riscossa solo occasionalmente. In argomento, C. HILL, *La rivoluzione inglese e lo Stato*, cit., p. 91.

<sup>106</sup> L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p. 213.

<sup>107</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 46.

<sup>108</sup> SOUTH, *Account of Windsor Forest*, 1759, p. 25.

<sup>109</sup> Su questo argomento si rinvia a L. STONE, *The Crisis of the Aristocracy 1558-1641*, The Clarendon Press, Oxford, 1965, trad. it., *La crisi dell'aristocrazia. L'Inghilterra da Elisabetta a Cromwell*, Einaudi, Torino, 1972, p. 368 ss., il quale sottolinea che essi vi furono spinti anche dal fatto che le recinzioni, la conversione dei seminativi in pascoli e l'aumento dei canoni d'affitto delle terre erano causa di malessere sociale che poteva provocare sommosse. Alle pagine suddette si rinvia anche per l'esame dei problemi giuridici sollevati da questa attività in quanto i diritti dei proprietari dei fondi sui giacimenti minerari non erano chiari a causa delle pretese della Corona.

<sup>110</sup> E. GRIFFIN. *Blood Sport*, cit., p. 103 ss.

In questo periodo, vennero date alle stampe numerose pubblicazioni scientifiche che suggerivano tecniche aggiornate e più efficaci per favorire il rimboschimento e il più sano sviluppo delle piante<sup>111</sup>. Molti degli autori erano membri della *Royal Society*, che, fondata nel 1660 per raccogliere i protagonisti della prodigiosa creatività intellettuale di quel periodo in ogni campo delle scienze<sup>112</sup>, sarebbe stata satireggiata poco dopo da Jonathan Swift nei *Viaggi di Gulliver*<sup>113</sup>. Tra quei lavori, una particolare rilevanza e diffusione ebbe l'opera di John Evelyn, il quale, in una conferenza tenuta il 15 ottobre del 1662, sostenne che, per rifornire regolarmente la *royal navy* di legname, era ormai improcrastinabile recintare in via definitiva le zone da rimboschire<sup>114</sup>. Si trattava di una proposta politicamente impegnativa perché, fino a quel momento, le foreste del re erano stati territori aperti dove vivevano gli animali, i contadini avevano il diritto di far pascolare il bestiame e non si applicavano le disposizioni che favorivano la ricrescita degli alberi. Per sostenere la sua posizione Evelyn neanche menzionò la Carta della Foresta e sembra che sia riuscito a influenzare le corti della Foresta le quali divennero più disponibili a sacrificare i diritti dei *commoners*.

Chiamata a una chiara scelta, la Corona accontentò la borghesia mercantile e, mediante leggi del Parlamento, fece suo il suggerimento che le era stato dato. Nel 1688 una legge autorizzò la recinzione di 11.000 acri su un totale di 18.000 della Gloucestershire Forest of Dean e dispose di limitare a ottocento il numero dei cervi. La soppressione dei diritti d'uso conseguente la recinzione provocò numerose sommosse, sicché, trent'anni dopo, una analoga legge riguardante la Hampshire's New Forest sarebbe stata meno incisiva perché avrebbe ristretto a 6.000 acri l'estensione del terreno da recintare e, per di più, avrebbe consentito al re di mantenere cervi a volontà<sup>115</sup>. In questo scenario, anche altri antichi diritti consuetudinari, riguardanti determinati gruppi sociali, cominciarono ad essere

<sup>111</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship*, cit., p. 417 ss.

<sup>112</sup> Sulla letteratura economica del Seicento, che elaborò diverse teorie sulla economia di mercato, J. O. APPLEBY, *Economic Thought and Ideology in Seventeenth Century England*, Princeton, Princeton University Press, 1978, trad. it., *Pensiero Economico e ideologia nell'Inghilterra del XVII secolo*, Il Mulino, Bologna, 1983.

<sup>113</sup> J. SWIFT, *Gulliver's Travels*, trad. it., *I viaggi di Gulliver*, Editori Riuniti, Roma, 1966, p. 188 dove lo scrittore si prende gioco degli scienziati che, impegnati in molti progetti in ogni campo delle scibile, elaboravano anche «nuove regole e sistemi di coltivazione» senza riuscire a perfezionarne alcuno «sicché le campagne rimangono incolte».

<sup>114</sup> J. EVELYN, *Silva Or a Discourse of Forest Trees and the Propagation of Timber in His Majesty's Dominions, As It Was Delivered in the Royal Society in 1662*, 4<sup>th</sup> edition, Arthur Doubleday and Company Limited, London, 1908.

<sup>115</sup> S. MORRISON, *Good Stewardship*, cit., p. 417 ss.

messi in discussione, sia pure con alterna fortuna. Nella foresta di Dean i *free miners*, ossia coloro che erano stati autorizzati a sfruttare in proprio una piccola miniera, avevano, fin dal medioevo, il diritto di raccogliere e utilizzare gli alberi caduti. Perciò, gli ufficiali della foresta, cominciarono a marcare le piante con il sigillo reale per impedirne la raccolta indifferenziata e porre un freno alla consolidata abitudine di praticare fori nei tronchi per indebolire la pianta e facilitarne la caduta, un espediente che consentiva anche massicce vendite di legname a buon prezzo ai proprietari delle grandi miniere. Nella foresta reale di *Sherwood* i *verderers* godevano del diritto di tagliare alcuni tipi di alberi per se stessi ma, nel corso del tempo, essi avevano preso di mira le querce più pregiate, destinate alle costruzioni di navi, anche per offrirle in pagamento dei propri debiti, nonostante che questa operazione fosse proibita. Verso la fine del Seicento, il *Survey General of woods* cercò di intervenire eliminando il potere dei *verderers* di ordinare ai *warrants* di prendere gli alberi per loro conto. In verità, nonostante divieti e incentivi, i *verderers* non abbandonarono questa attività che procurava loro consistenti guadagni.

Nel medesimo periodo si iniziò ad organizzare il mercato del legame destinato alla costruzione delle navi, fino a quel momento inefficiente a causa della scarsa perizia di coloro che lavoravano nei boschi, ai bassi salari, nonché a varie e discutibili forme di commissioni sulle vendite che favorivano corruzione e disonestà su larga scala. Pertanto, con apposite normative si stabilì che il legname che lo Stato era legittimato ad acquistare anche dai proprietari dei boschi avrebbe dovuto possedere determinati requisiti e avrebbe dovuto essere ricavato solo da vecchie querce. Tuttavia, l'efficiente funzionamento del mercato era ostacolato da alcuni fattori: oltre ai tradizionali danni inferti alle piante da cervi e bestiame, alcuni proprietari dovettero rassegnarsi ad attendere che il legname acquisisse la qualità richiesta; non c'era una efficiente supervisione della produzione; in mancanza di buone strade esistevano difficoltà di trasporto dei tronchi verso i cantieri difficili da raggiungere attraverso i fiumi e lo stato offriva prezzi bassi ai produttori<sup>116</sup>.

In questo periodo, tra proprietari terrieri, prevalentemente nobili, e ricchi borghesi delle città, ossia mercanti, banchieri, avvocati etc, non correva buon sangue nonostante lo strisciante processo d'integrazione sociale. I primi, che vivevano nelle loro dimore di campagna, consideravano puri e semplici parassiti i secondi in quanto, spesso oberati di debiti ad alto tasso d'interesse, avevano ipotecato le proprietà e rischiavano di perderle a favore dei danarosi mercanti delle

---

<sup>116</sup> N. D. J. JAMES, *A History of Forestry and Monographic Forestry Literature in Germany, France and United Kingdom*, in P. McDONALD and J. P. LASSOLE (eds), *The Literature of Forestry and Agroforestry*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1996, p. 36.

città<sup>117</sup>. Covando nei confronti dei ceti imprenditoriali cittadini un altezzoso rancore<sup>118</sup>, rinforzato dai freschi ricordi delle violenze e dei torti subiti durante la rivoluzione, i proprietari terrieri tennero almeno a sottolineare la distanza di classe che li separava dai borghesi mediante il *Game Reform Act* del 1671, una legge eversiva, secondo molti della stessa Carta della Foresta, che, imponeva il rispetto della antiche libertà.

Il *Game Reform Act* riservava solo ai ricchi proprietari terrieri il diritto di praticare la caccia<sup>119</sup> – sport ormai considerato anche come un antidoto contro l'influenza della vita di città<sup>120</sup> – di certe specie di animali, ossia pernici, fagiani, lepri, uccelli di brughiera. In passato tenuti in non cale dai cacciatori nobili, questa selvaggina diventò degna di considerazione dopo la guerra civile perché, durante il conflitto, vi era stato lo sterminio di un gran numero di cervi<sup>121</sup>. Proclamata ancora una volta la necessità di rimettere al loro posto i cacciatori di bassa estrazione<sup>122</sup>, in realtà questa legge serviva a formalizzare una differenza di classe profondamente radicata nella società, com'è dimostrato dal fatto che, per ristabilire l'ordine, come il preambolo proclamava di voler fare, non erano previste pene nuove e più severe, a parte le multe più salate. Le sanzioni furono lasciate alla competenza dai giudici

---

<sup>117</sup> Sulla crisi della nobiltà terriera nei secoli XVI e XVII si rinvia al classico lavoro di L. STONE, *The Crisis of Aristocracy 1558-1641*, cit.

<sup>118</sup> Questo atteggiamento non fu puro snobismo, ma contribuì a modellare l'identità del *gentleman* di campagna. Così come l'anticattolicesimo contribuì, nel XVII secolo, a forgiare l'identità nazionale del suddito inglese, il pregiudizio contro i ceti urbani aiutò la *gentry* a trovare la propria identità sociale, che si basava, in definitiva, su un convinto anglicanesimo, su un certo modo raffinato di vestire (satireggiato nella commedia di William Congreve *The Way of the World*, 1700, II, XV, trad. it. *Così va il mondo*, Rizzoli, Milano, 1995), sulla passione per gli sport all'aria aperta tra i quali primeggiava la caccia alla volpe. Tuttavia, questo sentimento di ostilità andava a corrente alternata. Se la *gentry* cercava di far sposare i figli maschi con le figlie dei mercanti, era meno entusiasta se i figli di costoro chiedevano la mano delle sue figlie. Si veda su questi atteggiamenti la sapida commedia di Wycherley, *Love in the Wood*, del 1671, nella quale un vecchio usuraio della *city* viene umiliato. Su tali aspetti della società si rinvia a C. HILL, *Reformation to industrial devolution: a social and economic history of Britain, 1530-1780*, Weindenfield & Nicolson, London, 1955, p. 71.

<sup>119</sup> La legge non si applicava ad altri sport. Cfr. P. B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, Cambridge University Press, 1981, p. 17 ss.

<sup>120</sup> Secondo le parole di NICOLAS COX, *The Gentleman's Recreation*, 2nd ed., London, 1677, p. 1-2 «The exercise of hunting neither remits the mind to sloth nor softness but rather inclines men to good acquaintance and generous society».

<sup>121</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 110.

<sup>122</sup> Nel preambolo della legge si condannano, come al solito, «disorderly persons, laying aside their lawful trades and employments in order to hunt game, to the great damage of this realm, and prejudice of noblemen, gentlemen and lords of manors and others», p. 15.

di pace<sup>123</sup>, essi stessi proprietari terrieri e perciò naturalmente inclini a proteggere gli interessi della loro classe di appartenenza<sup>124</sup>. In definitiva, veniva legittimata l'attività venatoria dei soli proprietari di terre dal valore superiore a 100 sterline, dei fittavoli di terre dal valore superiore a 150 sterline nonché dei figli e degli eredi di «persone di alto lignaggio». Di conseguenza erano impossibilitati ad andare legittimamente a caccia, anche nelle loro stesse terre, tutti gli altri sudditi, anche quelli che possedevano una ricchezza magari più cospicua, ma proveniente da beni diversi dalla proprietà terriera. L'unica *chance* per i borghesi danarosi era quella di acquistare un *manor*, una mossa che, però, se li avrebbe resi «questa cosa terraquea che si chiama gentiluomo mercante», secondo la caustica osservazione di Daniel Defoe<sup>125</sup>, sarebbe loro costata qualcosa di più del denaro sborsato e cioè l'ammissione che la terra era una forma di ricchezza superiore a tutte le altre.

Dunque, tutti coloro che erano privilegiati avevano il diritto di cacciare sulle proprietà di chiunque, non soltanto sulle proprie, sicché il loro diritto di caccia era prevalente sui diritti di proprietà altrui. I cacciatori erano teoricamente soggetti soltanto ad una sbiadita versione della *law of trespass*. Infatti, secondo un'altra legge del 1671, nei casi di *trespass*, il danneggiato sarebbe stato risarcito integralmente solo di un danno superiore a 40 sterline, cioè di un danno di tale rilevanza da rendere assai improbabile che un singolo cacciatore avrebbe potuto provocarlo<sup>126</sup>,

---

<sup>123</sup> Il *Game Act* del 1671 permetteva al *justice of the peace* di dichiarare l'imputato colpevole sulla base di una sola testimonianza credibile.

<sup>124</sup> Un caso noto di parzialità del giudice di pace è quello che vide protagonista Richard Deller, un agricoltore dell'Hampshire condannato dal duca di Buckingham. Accusato dal guardiacaccia del duca e da uno dei suoi servitori, il malcapitato fu giudicato nel salotto del palazzo di Buckingham il quale lo avvertì immediatamente che, se avesse pronunciato una sola parola impertinente, sarebbe stato condannato al carcere o ai ceppi. Nonostante questi ed altri episodi dello stesso tipo, la storiografia non è unanime nello bollare come faziosi i giudici di pace. Chi ritiene accettabile il loro operato sottolinea l'importanza delle regole secondo cui le decisioni si potevano appellare e che, se esse fossero state riformate, il giudice che ne era l'autore sarebbe stato multato. Un altro deterrente all'agire avventato dei giudici di pace era di ordine sociale e consisteva nel fatto che essi, appartenenti alla classe dei ricchi proprietari, s'impegnavano a non pronunciare decisioni assolutamente indifendibili per non perdere la stima dei loro pari. Cfr. P. B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 76.

<sup>125</sup> D. DEFOE, *The Fortunes and Misfortunes of the famous Moll Flanders*, The Shakespeare Head Edition of the Novels and Selected Writings of Daniel Defoe, Oxford, 1927, trad. it., *Moll Flanders*, Editori Riuniti, Roma, 1968, p. 49.

<sup>126</sup> In effetti, questa regola scoraggiò le azioni contro i *qualified gentlemen*. Tale restrizione fu abbandonata nel 1697, ma per l'attore rimase comunque necessario provare che al convenuto era stata data il preventivo avviso di non sconfinare. In argomento, P. B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, cit., 13.

tanto più che costui avrebbero dovuto infliggerlo solo ai beni e non alla selvaggina perché essa, dato il tenore del *Game Reform Act*, non sembrava appartenere più al proprietario del fondo, ma al cacciatore, una teoria davvero controversa in quanto sovvertiva la opposta e tradizionale regola di *common law*<sup>127</sup>.

Inoltre i *qualified landowners* potevano nominare propri guardiacaccia con il potere di sequestrare i cani, le frecce, le armi e gli altri strumenti di caccia di coloro i quali avevano sfidato la legge. I *gamekeepers* però non avevano diritto di cacciare a meno che non appartenessero essi stessi alla *landed gentry*. A far data dal 1707, infine, i grandi proprietari ebbero la facoltà concedere ad altri il privilegio di andare a caccia. Conseguentemente i *qualified landowners* acquistarono le stesse prerogative del sovrano in materia di caccia<sup>128</sup>, appunto andare a caccia dovunque, concedere questo diritto a terzi, nominare propri guardiacaccia, sicché William Blackstone, critico di queste regole speciali, «*not a little obscure and intricate*»<sup>129</sup> per la loro distanza dal *common law*, avrebbe affermato a ragion veduta che «*the game laws have raised a little Nimrod in every manor*»<sup>130</sup>.

## 6. La recinzione delle terre comuni e delle foreste nel XVIII secolo

Secondo Marx «la gloriosa rivoluzione portò al potere insieme a Guglielmo di Orange gli accaparratori del plusvalore, fondiari e capitalistici, che inaugurarono l'era nuova esercitando su scala colossale il furto ai danni dei beni demaniali che fino

---

<sup>127</sup> Agli inizi del XVI secolo alcuni commentatori, rifacendosi alla controversa decisione del caso *Sutton vs Mody* (sul quale, si veda J. CHITTY, *A Treatise on the Game laws and on Fisheries*, Vol. II, II ed., Samuel Brooke, Pater Noster Row, London, 1826, II, p. 984-86) sostennero che i proprietari dei fondi avevano una «*qualified property*» sulla selvaggina trovata nei loro fondi. Secondo questo punto di vista, la selvaggina apparteneva al proprietario del fondo fintanto che fosse rimasta entro i confini del fondo stesso e solo quando essa li avesse valicati costui ne avrebbe perso la proprietà. In tal senso si espressero anche G. JACOB, *The game laws*, London, 1705, p. 45 s. e W. NELSON, *The laws of England concerning the game*, 3<sup>rd</sup> ed., 1736, p. 206 s. Agli inizi del XIX secolo questa teoria fu ripresa dagli autori che si opponevano alla speciale legislazione sulla caccia perché rinforzava la opinione che la tradizionale regola del *common law* era che la selvaggina apparteneva al proprietario del fondo. Si attestò su questa posizione, tra gli altri, E. CHRISTIAN, *A treatise on the game laws*, H. Sweet, London, 1817, p. 39-56.

<sup>128</sup> Il re naturalmente conservava le sue tradizionali prerogative. Nel nuovo contesto il problema era se le prerogative del sovrano fossero prevalenti sulle disposizioni di legge, come quando per esempio un guardiacaccia del re ordinava a un nobile di consegnargli gli strumenti di caccia. Cfr. P.B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 12.

<sup>129</sup> *Oxford Edition of Blackstone's Commentaries on the Law of England*, Oxford, University Press, 2016, Vol. IV, p. 114.

<sup>130</sup> *Oxford Edition of Blackstone's Commentaries*, cit., p. 268.

a quel momento era stato perpetrato solo su scala modesta»<sup>131</sup>. In questa prospettiva, più di recente, è stato scritto che la vera storia del periodo tra il 1688 e la metà del XVIII secolo si può riassumere in tre parole: accumulazione di capitale. Questa accumulazione si realizzava attraverso la crescita del debito pubblico, il rapido incremento del commercio, basato sul controllo monopolistico dell'impero coloniale, la spoliazione diretta dell'India e, infine attraverso la costruzione dell'agricoltura su basi completamente capitalistiche con la distruzione definitiva della classe dei piccoli proprietari agricoltori<sup>132</sup>. Difatti, nel corso del diciottesimo secolo il clima propizio all'arricchimento dei maggiori del regno si sarebbe tradotto anche nel vertiginoso aumento<sup>133</sup> delle recinzioni di terre comuni e incolte<sup>134</sup>. Di conseguenza, i grandi proprietari e i grandi fittavoli si sarebbero arricchiti<sup>135</sup> e, dopo le guerre contro Napoleone, sarebbero stati scorticati dalla penna caustica del Byron della *Age of Bronze*<sup>136</sup>.

In nome di una maggiore produttività dei fondi attesa dalla più efficiente gestione dei singoli proprietari le recinzioni erano state sollecitate da una agguerrita

---

<sup>131</sup> K. MARX, *Il capitale*, Libro I, cit., p. 787 dove si legge anche che «Le terre demaniali venivano regalate, vendute a prezzo irrisorio, oppure annesse a fondi privati per usurpazione diretta. Tutto ciò avveniva senza osservare minimamente l'etichetta legale. I beni statali così fraudolentemente appropriati costituiscono, insieme al furto dei beni della chiesa, questo per la parte che non era andata perduta durante la rivoluzione repubblicana, la base degli odierni domini principeschi della oligarchia inglese. I capitalisti borghesi favorirono l'operazione, tra l'altro allo scopo di trasformare i beni fondiari in un puro e semplice articolo di commercio, di estendere il settore della grande impresa agricola, di aumentare il loro approvvigionamento di proletari provenienti dalle campagne. Inoltre, la nuova aristocrazia fondiaria era alleata naturale della nuova burocrazia, della nuova bancocrazia, dell'alta finanza, allora appena uscita dal guscio e del grande settore manifatturiero che allora si appoggiava ai dazi protettivi». Per un approfondimento di questi processi si rinvia a L. STONE, J. C. FAWTIER STONE, *An open Elite? England 1540-1880*, cit., p. 151 ss. e a M. DOBB, *Problemi di storia del capitalismo*, cit., p. 259 ss.

<sup>132</sup> A. L. MORTON, *Storia del popolo inglese*, cit., p. 249 s.

<sup>133</sup> Secondo i calcoli di A. H. JOHNSON, *The Disappearance*, cit., p. 90 nel corso del XVIII secolo furono recintati circa 3.500.000 acri di terre comuni e di terre incolte.

<sup>134</sup> M. DOBB, *Problemi di storia del capitalismo*, cit., p. 265 ss.

<sup>135</sup> Sugli effetti sociali delle recinzioni, «un caso palmare di spoliazione di classe», si rinvia alle lucide considerazioni di E.P. THOMPSON, *The Making of the English Working Class*, Victor Gollanz Ltd, London, 1963, trad. it., *Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra*, Il Saggiatore, Milano, 1969, Vol. I, p. 216 ss.

<sup>136</sup> LORD BYRON, *Age of Bronze*, London, 1833, Printed for John Hunt, trad. italiana, in *Opere complete*, Vol. IV, Utet, Torino, 1922, p. 500: «Vedi questi poco gloriosi Cincinnati che si agitano/Coltivatori della guerra, dittatori delle coltivazioni/Anno per anno votarono, fino all'ultimo centesimo; Le spese di sangue, di sudore, di milioni strappati con le lacrime – perché? Per il loro censo/ Urlarono, banchettarono, bevvero, giurarono che intendevano morire/Per l'Inghilterra. Perché mai sono rimasti vivi? Per godersi il censo!».

pubblicistica<sup>137</sup>, conosciuta anche in altri Paesi d'Europa, tra cui la Francia, nei quali si discuteva della sorte delle servitù collettive sulle foreste, sui campi e sui prati di cui il proprietario o il concessionario incamerava a titolo personale il raccolto<sup>138</sup>. Specialmente per il caso delle terre incolte, alcuni autori teorizzavano la esigenza di porre fine al «*theft of the commons*»<sup>139</sup>, essendo le terre comuni, in quanto esperienza distante dalla logica borghese del profitto individuale<sup>140</sup>, retaggio di un passato barbarico e fonte di miseria diffusa soprattutto per i contadini e i piccoli fattori<sup>141</sup>, considerati, questi ultimi, un ceto conservatore e improduttivo, in parte per loro stessa natura, in parte perché i *commons* ne avevano soffocato il latente spirito imprenditoriale<sup>142</sup>. Il dibattito era stato molto acceso e segnato da un intreccio assai stretto tra argomentazioni di tipo economico e analisi dei mutamenti dei rapporti di classe, ma questa riflessione spesso assumeva anche il tono di odiosi pregiudizi sociali di destinati a sopravvivere a lungo nella società inglese.

---

<sup>137</sup> Sugli autori del XVIII secolo sostenitori delle recinzioni, tra i quali spicca la figura di Arthur Young (1741-1820), cfr. A. H. JOHNSON, *The Disappearance*, cit., p. 86.

<sup>138</sup> Si vedano i classici lavori di M. BLOCH, *Le lutte pour l'individualisme agraire dans la France du XVII siècle*, in *Annales d'histoire économique et sociale*, 1930, p. 329 ss., trad. it., *La fine della comunità e la nascita dell'individualismo agrario*, Jacka Book, Milano, 2017.

<sup>139</sup> Così si esprimeva l'anonimo autore dell'*Old Almanack (with some considerations for improving commons)* 1710, with a *Postscript* (1734-35), il quale fu anche ispiratore della legislazione che legittimava le recinzioni volute dai proprietari dei due terzi delle terre comuni. In argomento, *The Horse Hoing Husbandry* by Jethro Tull, esq., by A. BRACHFELD and M. CHOATE, Fifth Ed., 2010, p. 146.

<sup>140</sup> J. CLARK, *General View of the Agriculture of the County of Hereford*, Printed by Colin Macrae, London, 1794, p. 81; J. SINCLAIR, *Memoirs of the life and works of the Late Right Honourable Sir John Sinclair by his son, the Rev. John Sinclair*, Blackwood, Edinburg, 1837, Vol. II, p. 111 collocava le origini dei *commons* in tempi oscuri quando «Men were Strangers to any higher Occupation than those of Hunters and Shepards».

<sup>141</sup> A. YOUNG, 'Dairy Farms', *Annals of Agriculture*, 5 (1786), p. 222 ss. L'anonimo autore di *An Enquiry into the Advantages and Disadvantages Resulting from Bills of Inclosure in which Objections are Stated and Remedies Proposed*, 1780, pose l'accento sulla misera condizione dei piccoli fattori. «Indeed I doubt it is too true, that he must of necessity give over farming, and betake himself to labour for the support of his family; but on the other hand, we must consider that the condition of a small farmer is very often worse than ever that of a day labourer; he works harder and lives poorer; has all the cares and little of proportional profit of the large farmer; and experience often shows, that he earns as a labourer a much more comfortable subsistence than before, if not too old to betake himself to his new situation».

<sup>142</sup> J. HOWLETT, *Examination of Dr. Price's Essays on the Population of England and Wales; and the Doctrine of an Increased Population of the Kingdom. Established by the Facts*, Printed for the author by J. Blake and sold by T. Paine, London, 1781, p. 23 ss.

Coloro che erano favorevoli al mantenimento dei campi aperti e dei diritti comuni nelle foreste sviluppavano essenzialmente tre tipi di argomentazioni. Le *enclosures* avrebbero determinato il declino dei contadini e, soprattutto, delle piccole fattorie e ciò, impoverendo e infiacchendo gli agricoltori, bravi soldati e marinai, avrebbe comportato la decadenza della forza militare inglese<sup>143</sup> e magari favorito rivolte anche di carattere jacobita<sup>144</sup>. Al contrario della pastorizia alla quale le terre recintate erano destinate, la coltivazione delle terre comuni a cereali era nell'interesse generale della nazione<sup>145</sup>. Il mantenimento dei campi aperti non solo era maggiormente produttivo, ma si rivelava necessario al mantenimento del benessere della comunità<sup>146</sup> basata sul fatto che i più non avevano bisogno di trasformarsi in lavoratori salariati e che non vi erano le insopportabili disuguaglianze che si sarebbero innescate con l'appropriazione dei fondi da parte dei privati<sup>147</sup>. Il più popolare difensore dei

---

<sup>143</sup> T. NOURSE, *Campania Felix, or Discourse of the Benefits and Improvements of Husbandry*, T. Bennet, London, 1700, scrisse che il sistema comunitario, per quanto condotto da uomini i quali, costretti a vivere su terre povere e tra bestiame affamato, erano «very rough and savage in their dispositions», «refractory to Government», «insolent and tumultuous», sostentava un numero di persone più elevato di quello che si trovava nelle «enclosed farms». Egli sottolineò che quegli uomini, proprio per la loro rudezza, coraggio e prolificità si rivelavano eccellenti soldati e marinai e che, dunque, era nell'interesse nazionale tutelarli. Nel difendere questa tesi, T. NOURSE, *Compania Felix*, cit., p. 15-16 echeggiava il *King's Henry V* di Shakespeare: «And you, good yeomen,/Whose limbs made in England, show us here,/ the mettle of your pasture; let us swear/That you were worth you breeding: which I doubt not;/For there is none of you so mean and base./ This hath not noble luster in your eyes». (Act III, Scene I, lines 25-30).

<sup>144</sup> Queste preoccupazioni furono espresse dall'ignoto autore di *An Enquiry into de Reasons for and against Inclosing the Open Fields Humbly Submitted*, Coventry, 1767, p. 5 ss.

<sup>145</sup> Il tema dell'interesse nazionale venne ripreso anche da chi, come J. COWPER, *An Essay Proving that Inclosing of Commons and Common Field Land is Contrary to the Interest of the Nation*, 1732, ristampato by ECCO, 2010, osservava che gli «open fields» producevano tutti i cereali e le manifatture di cui c'era bisogno e fornivano anche un'abbondante manodopera a buon mercato. Questi autori prevedevano che tutto ciò sarebbe stato travolto dalle recinzioni e che, a fronte di tanta devastazione, il profitto di pochi proprietari terrieri sarebbe stato davvero poca cosa.

<sup>146</sup> Nel 1786 un anonimo *County Farmer* descrisse vividamente l'economia di una famiglia che lavorava nei campi comuni valorizzando, in particolare, il ruolo delle mogli degli agricoltori. Prima delle recensioni, egli scrisse, i piccoli agricoltori erano numerosi, i canoni erano bassi e la terra era coltivata, non lasciata incolta per il pascolo. Poiché i guadagni erano stentati, gli agricoltori si ingegnavano in ogni modo per incrementare le proprie entrate e lo tesso facevano le loro mogli. Esse rifornivano il mercato di uova e pollame e riutilizzavano ogni cosa e spendevano il denaro guadagnato per acquistare il necessario a se stessi e ai figli senza chiedere ai loro mariti «every trifling penny».

<sup>147</sup> T. ANDREWS, *An Enquiry into the Increase and Miseries of the Poor of England: which are shewn to be I, Taxes, II, luxury III, Absence of Great Men from the Counties...IV, I inclosures of Commons*, 1738, p. 38, stilò il triste inventario di coloro che sarebbero stati rovinati dalle recinzioni, e cioè

*commons* fu Richard Price, la cui opera *Observations of Revisionary Payments* pubblicata nel 1771<sup>148</sup>, raggiunse in breve tempo le sei edizioni ed essenzialmente denunciava la concentrazione della ricchezza in poche mani e la riduzione in miseria di molti con conseguente diminuzione della popolazione del regno. Tuttavia, soprattutto tra il 1760 e il 1770 la *House of Commons* approvò numerosi *enclosures bill* che provocarono nel 1766 e nel 1770 estese rivolte, mentre molte famiglie di contadini espulsi dalle terre cercarono di stabilirsi altrove o emigrarono in America. Nonostante questo, la percezione degli *enclosers* come profittatori cominciò ad affievolirsi insieme alla paura che le recinzioni attentassero alla pace del regno.

Gli avversari dei *commons* erano molto attivi e, sempre più ascoltati, declinavano una differente versione dell'interesse nazionale. Secondo questi autori, poiché in effetti le recinzioni trasformavano gli agricoltori in lavoratori salariati poveri e i poveri avevano la tendenza a sposarsi presto e procreare molti figli, non vi sarebbe stato il paventato decremento della popolazione, ma, invece, si sarebbe presto formato un numeroso proletariato che, vendendosi a basso prezzo sul mercato del lavoro, avrebbe assicurato una sostenuta crescita economica generale e, nel settore agricolo, una più abbondante produzione di derrate alimentari a prezzi stabili<sup>149</sup>. In altre parole, il tradizionale argomento della proletarizzazione dei contadini e dei piccoli fattori veniva ribaltato: la proletarizzazione, invece di essere usata come arma polemica contro le *enclosures* e la sparizione del *common*, le giustificava. Poiché la proletarizzazione di larghe masse di persone era considerata conveniente per l'industria e l'agricoltura, altri teorizzarono la necessità di mantenere definitivamente i nuovi proletari dipendenti dai salari e incapaci di ritagliarsi margini, sia pure esigui, di indipendenza economica. A questo scopo, si suggeriva che i salariati potessero disporre solo di *cottage gardens* dalle dimensioni assai modeste in modo da non distogliersi dal lavoro<sup>150</sup>; che fossero mandati a vivere in case appartenenti alla fattorie o alle fabbriche ubicate a distanza «*from the corrupt solidarity of the village*»<sup>151</sup>, che le proprietà private vicine venissero adeguatamente recintate e protette perché «*it is bad policy to increase temptations to theft; the idle among the*

---

non solo i poveri «strictly so called», ma anche «our poorer Sort of Freeholders, Farmers and Manufacturers», tutti destinati a perdere indipendenza e dignità.

<sup>148</sup> R. PRICE, *Observations on Revisionary Payments*, Printed for James Williams, Dublin, 1771.

<sup>149</sup> Cfr. J. HOWLETT, *Examination of Dr. Price's Essays*, cit., che si oppone esplicitamente alla teoria di R. Price sullo spopolamento del regno.

<sup>150</sup> C. VANCOUVER, *General View of the Agriculture of the County of Hampshire Including the Isle of Wight*, Printed for Richard Philips, Bridge Street, London, 1810, p. 496 ss.

<sup>151</sup> T. RUDGE, *General View of the Agriculture of the County of Gloucester*, Printed for Richard Philips, Bridge Street, London, 1807, p. 97.

*poor are already to prone to depredation and would be less inclined to work, if every hedge furnished the means of support*<sup>152</sup> e che, soprattutto, fossero mantenuti nella più completa ignoranza e quindi incapaci di leggere e scrivere. L'autonomia intellettuale dei lavoratori era considerata pericolosa in quanto «*however beautiful it may be in theory to rise the lower orders to a situation of comparative independence*» la linea di demarcazione «*between the proprietor and labourer*» doveva esser tracciata nettamente, senza di che «*neither agriculture nor commerce can flourish*»<sup>153</sup>.

Le recinzioni venivano stabilite principalmente mediante *private Acts*<sup>154</sup> del parlamento, che, divenuto centrale nel sistema «costituzionale» grazie al *Bill of Rights* del 1689<sup>155</sup>, era, al pari dell'apparato giudiziario, saldamente nelle mani della classe dominante<sup>156</sup>.

Della tendenza allo sfruttamento economico delle proprietà, avrebbe risentito anche la gestione delle foreste che i proprietari terrieri, legittimati da apposite leggi, resero fonti di più lauti profitti e del passatempo più esclusivo, la caccia. Specialmente nella seconda metà del secolo, essi si dedicarono più intensamente che in passato

---

<sup>152</sup> T. RUDGE, *General View of Agriculture in the County of Gloucester*, cit., p. 50.

<sup>153</sup> C. VANCOUVER, *General View of the Agriculture of the County of Hampshire*, cit., p. 505 ss.

<sup>154</sup> Il *Private Act* è una legge che si applica solo a determinate persone fisiche o giuridiche. Relativamente alle recinzioni di terreni comuni, il *Private Act* in molti casi recepiva un *agreement*, un accordo. Per raggiungerlo era necessario il consenso dei proprietari dei quattro quinti delle terre, anche se il numero di coloro che possedevano il restante quinto fosse stato maggiore, un meccanismo che formalizzava la prevalenza dei grandi proprietari su quelli piccoli. D'altro canto coloro i quali si opponevano, potevano essere facilmente corrotti, costretti a vendere, oppure, se erano *copyholders* o *leaseholders for life*, minacciati di non ottenere il rinnovo della concessione. Ogni *agreement*, redatto per iscritto, avrebbe dovuto essere registrato dal *Clerk of Peace* del luogo dove i terreni si trovavano entro tre mesi dall'esecuzione di questi contratti. Coloro i quali se ne ritenevano pregiudicati avrebbero potuto ricorrere, entro sei mesi dalla stipula, al *Justice of Peace*. Una volta approvato, l'accordo doveva essere eseguito a cura di *commissioners* nominati nella legge stessa, di solito, su suggerimento di proprietari che avevano promosso la procedura. Disponibili a curare gli interessi di costoro che, per di più, li retribuivano, i *commissioners* avevano poteri dispotici e sottratti al sindacato dei giudici finché, nel 1801, una legge permise un *appeal* alle *Quarter Sessions*. Il procedimento che sfociava nella appropriazione delle terre era oneroso perché i proprietari dovevano retribuire avvocati, supervisori, commissari e, infine, pagare le palizzate con le quali delimitare i confini delle nuove proprietà. A volte il *lord* del *manor* o i più ricchi proprietari si accollavano tutte le spese in cambio di una assegnazione più cospicua di terre. Sovente i piccoli proprietari, per non sopportare spese per loro insostenibili, vendevano il loro appezzamento ai vicini più ricchi o lo ipotecavano per garantire i prestiti che era necessario contrarre. In argomento, cfr. A. H. JOHNSON, *The disappearance*, cit., p. 101 ss.

<sup>155</sup> *The Bill of Rights* [1689], introdotto da saggio di E. WICKS, *L'eredità di un governo limitato*, liberilibri, Macerata, 2010.

<sup>156</sup> N. A. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 351.

alla piantagione degli alberi dato che la domanda di legname destinata sia a rifornire la flotta reale sia a soddisfare la richieste degli altri proprietari fondiari impegnati a recintare con robuste staccionate le terre acquisite rimaneva elevata e, fino a quel momento, era stata soddisfatta a caro prezzo mediante importazioni dall'estero. La cura delle piantagioni fu grandemente incoraggiata dalla *Royal Society of Arts*, fondata nel 1754, la quale, a partire dal 1758, prese a premiare con medaglie e altri riconoscimenti le piantagioni più riuscite, avendo cura di registrare le tecniche adoperate affinché potessero essere utilizzate anche da altri.

I proprietari di boschi furono protetti e incentivati da numerose leggi. Alcune di esse ne rinforzarono la tutela civile e penale. Un *Act* del 1715<sup>157</sup> stabilì che, se degli alberi fossero stati abusivamente tagliati, il proprietario sarebbe stato risarcito dagli abitanti del luogo e che se il colpevole fosse stato scoperto, sarebbe stato condannato dai giudici di pace a tre mesi di lavori forzati o alla prigione o a essere frustato. Una legge del 1763<sup>158</sup>, davvero poco efficace, legittimò il sequestro degli arnesi con i quali le piante avrebbero potuto essere tagliate, come accette, asce, etc. Di maggior importanza e utilità furono, invece, altre disposizioni legali che consentivano di recintare e acquisire in proprietà esclusiva terre gravate da diritti comuni da destinare alla piantagione e allo sviluppo di alberi. Riprendendo l'impostazione delle leggi sulle recinzioni delle terre comuni, un *Act* del 1756<sup>159</sup> dispose che, su decisione della maggioranza dei proprietari detentori della maggioranza del valore delle terre, le terre abbandonate avrebbero potuto essere recintate e detenute *in severalty*<sup>160</sup>, per il tempo convenuto e alle condizioni stabilite, per essere destinate alla crescita e alla conservazione del sottobosco e degli alberi da cui ricavare legname. I titolari di diritti di godimento sulla terra e coloro i quali avevano

---

<sup>157</sup> *An Act to encourage the planting of Timber-Trees, Fruit-Trees, and other Trees, for Ornament, Shelter, or Profit and for the better Preservation of the same; and for the preventing the burning of Wood*, in *Public General Acts*. 1715-2 Geo. I, c.48 e in *A Collection of Statutes connected with the General Administration of the Law arranged according to the Order of Subjects with the Notes of William David Evans, Esq. Vice Chancellor of the County Palatine of Lancaster*, Vol. I, London, 1917, p. 645.

<sup>158</sup> *An Act to prevent the Destruction of Trees and Underwood growing in Forests and Chases*, in *Public General Acts 1763*. 4 Geo III, c. 36., in *The Statutes at Large of England and of Great-Britain from Magna Carta to the Union of the Kingdoms of Great Britain and Ireland. The Twenty Volumes*, Edited by John Raithby of Lincoln's Inn, Esq. Barrister at Law, London, 1811, p. 260.

<sup>159</sup> *An Act for inclosing by mutual consent of the lords and tenants, part of any common for the purpose of planting and preserving trees fit for timber or underwood; and for more effectually preventing the unlawful destruction of trees*, in *Public General Acts 1756*, 29 Geo 2, c. 36. e in *A Collection of Statutes*, cit., p. 305.

<sup>160</sup> Si dice che un'*estate* appartiene a più persone *in several* o *severalty* quando la quota spettante ad ognuna di esse è divisa in modo che l'avente diritto può escludere qualsiasi altro.

goduto dei diritti comuni d'uso che venivano sacrificati avrebbero dovuto essere ricompensati in vario modo, ossia con la dazione di una somma di denaro, con una quota del ricavato della vendita del legname, con il versamento di un canone periodico oppure con la concessione di altre terre. Della legge in parola è interessante notare una particolare anche se effimera considerazione dei poveri. Venne infatti previsto che, se ad acquistare il diritto di recintare i terreni fosse stata una parrocchia o una città spinta dal desiderio di aiutare gli indigenti, ogni provento della vendita del legname avrebbe dovuto essere versato all'*Overseer of the Poor*, l'ufficiale che amministrava gli aiuti destinati ad essi. Derivata dal *The Poor Relief Act* del 1601 questa disposizione sarebbe stata, tuttavia, abolita a partire dal 1757 in modo da ripristinare il primato assoluto dei possidenti. Anche le corti avrebbero presto favorito i nuovi proprietari. Nel 1788 lo *Chief Justice* Alexander Wedderburn, Lord Loughborough, più tardi Baron Lsslyn<sup>161</sup>, decise che il diritto di spigolare nei campi una volta comuni, ma successivamente diventati di proprietà privata esclusiva non avrebbe potuto essere invocato *at common law*<sup>162</sup>.

In questo scenario, i *forest commoners* furono considerati addirittura «*more perverse, and more wretched*» dei lavoratori degli *enclosed villages*. Essi, infatti, erano 'ladri per definizione' perché soliti appropriarsi delle molte risorse delle foreste senza alcun diritto, sicché il parlamento non avrebbe in alcun modo dovuto risarcirli della perdita dei loro vantaggi. Ad essi, dunque, non sarebbe rimasto che decidersi a diventare, alla buon'ora, miti e umili per implorare la carità, la quale, per poter essere concessa, avrebbe dovuto chiesta supplichevolmente per amor di Dio<sup>163</sup>.

Le foreste reali della Corona, rade e spoglie com'erano, versavano in un «*miserable state*». Ce lo rivela un rapporto redatto nei primi anni dell'Ottocento<sup>164</sup> nel quale il confronto con le folte foreste e i rigogliosi boschi appartenenti ai privati risultava impietoso. Benché il *report* avesse individuato la causa principale di questa

<sup>161</sup> Su Alexander Widderburn, un personaggio imbevuto dell'illuminismo scozzese e dotato di preparazione legale, allievo e amico di Adam Smith, con un forte interesse nello studio dell'agricoltura, che in Inghilterra ricoprì diverse cariche pubbliche, tra cui quelle di *Chief Justice of Common Pleas* (1780-1793) e *Lord Chancellor* di Pitt (1793-1801), cfr. J. M. NEESON, *Commoners*, cit., p. 21 ss.

<sup>162</sup> *Steel v. Houghton et Uxor* (1788), 1 H. Bl. 51, ER, 126, pp. 32-39. Su questo caso, P. KING, *The Origins of the Gleaning Judgement of 1788: A Case Study of Legal Change, Customary Right and Social Conflict in Late Eighteenth-Century England*, in *Law and History Review*, 1992, p. 10 ss.

<sup>163</sup> *An Enquiry into the Advantages and Disadvantages*, cit., p. 8 s.

<sup>164</sup> W. MARSHALL, *Review (and complete abstract) of the Reports to the Board of Agriculture from the Midland Department of England: comprising Staffordshire, Derbyshire, Nottinghamshire, Leicestershire, Rutlandshire, Warwickshire, Huntingdonshire, Northamptonshire, Oxfordshire, Buckinghamshire, Bedfordshire and a principal part of Cambridgeshire*, 1815.

situazione non tanto nella mancanza di «*public spirit*» dei funzionari del re, quanto nella inveterata attitudine dei sovrani di privilegiare il sostentamento dei cervi a danno della conservazione degli alberi, le cose erano più complesse. Il patrimonio forestale della Corona era amministrato da un *Surveyor General of woods, forests, parks and chases* assistito da due *deputy surveyors* (due vice) in Londra e, in aggiunta, da un *itinerant surveyor*<sup>165</sup>. Infine vi erano altri sei *surveyors*, ciascuno responsabile di una foresta o di un gruppo di foreste<sup>166</sup>. Quasi sempre sprovvisti di competenze specifiche in materia forestale, costoro non erano senza peccato perché, percependo oltre a una retribuzione fissa e alcune indennità<sup>167</sup> anche certe commissioni legate alla vendita del legname alla Marina reale, non andavano tanto per il sottile nell'abbattimento degli alberi e contribuivano così alla spoliazione delle foreste. Reticenti su questo punto, i redattori del rapporto prendevano invece di mira il sistema degli *open fields*, i campi aperti condotti in comune e il diritto di pascolo. Infatti, essi, avendo rilevato che coloro i quali conducevano in comune i terreni, godevano in moltissimi casi anche del diritto di far pascolare il bestiame nelle foreste del re secondo quanto aveva stabilito la Carta della foresta, sostenevano che, a causa dell'inefficiente sistema di coltivazione dei campi e la conseguente scarsità di cibo per gli stessi agricoltori durante l'inverno, il bestiame non veniva nutrito a sufficienza per lungo tempo, sicché, poi, si riversava nelle foreste «*like a torrent*» divorando ogni cosa<sup>168</sup>. In epoca di recinzioni di terre comuni<sup>169</sup>, questa analisi metteva ulteriori frecce nella faretra di chi avversava tutto ciò che era *common*.

---

<sup>165</sup> Tale organizzazione fu decisa nel 1715 dal parlamento e determinò la fine delle *eyres* e delle *perambulations*. Le foreste reali rimasero parte del *Crown estate*. N. ROBINSON, *The Charter of the Forest: Evolving Human Rights in Nature*, in (edited by) D. BANTOW MAGRAW et al, American Bar Association, 2015, p. 352. Sulla macchiniosissima amministrazione delle foreste si rinvia all'anonimo articolo *The Office of Woods and Forests Land Revenue, Works and Buildings*, in *Quarterly Review of Jurisprudence*, Vol. 14, Issue. I, 1851, p. 19 ss.

<sup>166</sup> The Dean Forest, the New Forest, Alice Holt con Woolmer and Bere, Whittlewood con Salcey, Sherwood Forest e Waltham Forest.

<sup>167</sup> Descrive con precisione i compensi dei funzionari della foresta N. D. G. JAMES, *A History of English Forestry*, cit., p. 181.

<sup>168</sup> W. MARSHALL, *Review (and complete abstract) of the Reports*, cit., p. 345.

<sup>169</sup> R. C. ALLEN, *The efficiency and distributional consequences of eighteenth century enclosures*, in *92 Economic Journal*, 1983, p. 937 ss.; J. A. YELLING, *Common Field and Enclosure in England 1450-1850*. Macmillan, London, 1977, p. 209 s.

## 7. The *Waltham Black Act* del 1723, la repressione della caccia di frodo e la difesa della proprietà privata

Anche nel XVIII secolo lo sviluppo economico del regno si accompagnò al tradizionale processo di mobilità verso l'alto degli uomini di affari di successo, il che, come aveva osservato Adam Smith, consentiva a ogni mercante di soddisfare l'ambizione di diventare, un *gentleman* di campagna<sup>170</sup>, una notazione ripresa, tempo dopo, da Alexis de Tocqueville<sup>171</sup> e che, a partire dall'età vittoriana, sarebbe stata valutata più criticamente come fonte di dissipazione dei valori della più antica nobiltà terriera<sup>172</sup>. Ad ogni modo, a partire dalla fine del Seicento presero a primeggiare, all'interno dello strato superiore della società, gli *squires*, cioè coloro che, nobili o nuovi benestanti, possedevano una vasta proprietà fondiaria e una residenza di campagna. Per ostentare il proprio status e coltivare relazioni sociali importanti erano costose necessità una munifica ospitalità e l'esercizio della caccia<sup>173</sup>. Tra gli sport la caccia, infatti, conservava, secondo la tradizione, un assoluto primato santificato dalla legge che aveva riservato ai ricchi proprietari il diritto esclusivo

---

<sup>170</sup> A. BRIGGS, *Storia sociale dell'Inghilterra*, cit., p. 221, il quale afferma che questa aspirazione venne ben rappresentata da Daniel Defoe perché Robinson Crusoe, al ritorno dalla isola nella quale era naufragato, comprava dei terreni nel Bedfordshire.

<sup>171</sup> Nel 1833 A. DE TOCQUEVILLE, *Journey to England and Ireland*, edited by J. P. Mayer, Yale University Press, New Haven 1958, trad. it. *Viaggio in Inghilterra*, Alfredo Guida editore, Napoli, 1998, p. 42 ss. osservava: «Ciò che distingue l'aristocrazia inglese da tutte le altre è la facilità con cui ha aperto le sue file... Chiunque abbia grandi ricchezze può sperare di entrare a far parte dell'aristocrazia... Poiché tutti avevano la speranza di essere privilegiati, i privilegi resero l'aristocrazia più riverita, e non più odiata... L'aristocrazia inglese, quanto a sentimenti e pregiudizi, somiglia a tutte le aristocrazie del mondo, ma non si fonda minimamente sulla nascita, entità inaccessibile, bensì sulla ricchezza, che chiunque può acquisire, ed è questa unica differenza a permetterle di durare, mentre le altre soccombono al popolo e al re... In Inghilterra, l'aristocrazia ha quindi, ancor oggi un potere e una forza di resistenza che per un francese sono molto difficili da comprendere... Tuttavia, mi sembra che ormai l'aristocrazia inglese sia esposta a pericoli ai quali finirà per soccombere». Tale punto di vista, per lungo tempo accettato dagli storici sociali sia liberali, sia marxisti, è stato riesaminato criticamente da L. STONE, J. C. FAWTIER STONE, *Una elite aperta?*, cit., p. 12.

<sup>172</sup> M. J. WIENER, *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit 1850-1980*; Cambridge University Press, 1981, trad. it., *Il progresso senza ali. La cultura inglese e il declino dello spirito industriale*, Il Mulino, Bologna, 1985, p. 32, secondo il quale attraverso i meccanismi di assorbimento sociale lo zelo per il lavoro, l'inventiva, la produzione materiale e l'arricchimento hanno ceduto il campo nella classe capitalista a interessi di stampo più aristocratico: lo stile colto, lo svago nel tempo libero, l'impegno politico, sicché, come già aveva osservato Bertrand Russel, che proveniva da una famiglia di nobili origini, «il tipo ideale del gentleman è stato inventato dalla aristocrazia per tenere sotto controllo le classi medie».

<sup>173</sup> L. STONE, J. C. FAWTIER STONE, *Una elite aperta?*, cit., p. 259.

di esercitarla sui fondi propri o altrui. Tra i vari tipi di attività venatoria con armi da fuoco o con l'impiego di falchi o di cani la caccia alla volpe, divenne, come osservava nel 1786, il *British Sportsman* «l'unica caccia degna del gusto e dell'attenzione di uno sportivo di alto rango» e, quindi, una vera ossessione<sup>174</sup>.

Nel 1723, il Parlamento emise una legge estremamente dura per punire la caccia di frodo, un'attività da sempre praticata e sempre punita soprattutto con pesanti pene pecuniarie. Tuttavia, l'onerosità delle multe aveva finito paradossalmente per incrementare proprio il bracconaggio. Infatti, il condannato, di solito appartenente agli strati più disagiati della società, per pagare le somme dovute non aveva altro mezzo che vendere al mercato nero la selvaggina che si sarebbe nuovamente industriato a cacciare illegalmente<sup>175</sup>. Nel tentativo di stroncare il mercato nero, alimentato dalla crescente domanda di selvaggina proveniente essenzialmente dai ceti medi delle città e, sovente, dall'atteggiamento dei contadini che distruggevano le uova dei volatili più ricercati per far lievitare i prezzi, una legge del 1755 vietò a tutti i cacciatori, di frodo o regolari, di vendere le loro prede. Il risultato fu però solo un forte incremento del commercio illegale e degli scontri tra *poachers*, spesso organizzati in vere e proprie associazioni, e *keepers*<sup>176</sup>.

Dopo che i proclami del 1720 e del 1723 avevano tentato di riesumare la legge contro la caccia di frodo del 1485, il Parlamento, nel maggio dello stesso anno 1723 e su iniziativa del governo di Walpole, emise in fretta e furia<sup>177</sup> il *Waltham Black Act*<sup>178</sup> o, più semplicemente, *Black Act* per reprimere il bracconaggio e gli altri reati che, con grande clamore, erano stati commessi nelle foreste di Berkshire e dello Hampshire da gruppi di uomini armati e con la faccia dipinta di nero, i *Blacks*<sup>179</sup>.

<sup>174</sup> A. BRIGGS, *Storia sociale dell'Inghilterra*, cit., p. 224 ss.

<sup>175</sup> P. B. MUNSCHE, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 79 ss.

<sup>176</sup> P. B. MUNSCHE, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 52 ss.

<sup>177</sup> Il testo della legge venne letto per la prima volta in aula il 30 aprile e poi il 1.º maggio. Fu esaminato dalla commissione nominata dalla Camera dei Comuni il 4 e il 9 maggio. Il 15 maggio furono redatti gli emendamenti al testo che, inviato alla Camera dei Lords il 21, ottenne l'approvazione reale il 27 dello stesso mese. L'intero corpo legislativo, sempre compatto, si divise una sola volta, il 13 maggio, quando fu bocciato un emendamento teso a stabilire una clausola cautelativa, cioè che un imputato perseguito penalmente in base al *Black Act* non avrebbe potuto essere condannato una seconda volta per lo stesso reato imputatogli facendo ricorso ad una diversa legge dello Stato.

<sup>178</sup> Il testo della legge si può leggere in E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 291 ss.

<sup>179</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 33 riferisce che il primo riferimento ufficiale ai *Blacks* si trova in un bando del marzo del 1720 contro quelle persone mascherate che di notte cacciavano nella foresta di Windsor. Secondo la *London Gazette* n. 5836 del 22-26 marzo 1720, quattordici uomini armati e a cavallo, insieme ad altri due a piedi e a un levriero, avevano dato la caccia ai cervi nel Bigshot Walk, con le facce annerite. Alcuni partecipanti alla spedizione avevano «cappelli di

Benché si fosse trattato di episodi limitati a certe aree forestali e ad alcune proprietà private in cui si trovavano peschiere e parchi, il governo, per proteggere, senza darlo troppo a intendere, quei suoi fedeli seguaci<sup>180</sup> vittime delle incursioni dei *Blacks*, aveva fatto mostra di credere che gli autori di quelle scorrerie stessero tramando per la restaurazione degli Stuart. In realtà, i *Blacks* non avevano il proposito di rovesciare la dinastia degli Hannover ma come membri degli strati sociali intermedi della foresta, ossia della piccola nobiltà di campagna, dei ricchi *farmers*, degli *yeoman*, degli artigiani, dei commercianti e, infine, degli strati più poveri, combattevano i loro nemici di classe. Questi nemici erano la burocrazia forestale, la quale costituiva una casta oppressiva che si perpetuava di padre in figlio e si arricchiva grazie all'esercizio disonesto delle sue funzioni, e i grandi proprietari terrieri che, soprattutto con le recinzioni, avevano calpestato i diritti comuni degli abitanti della foresta<sup>181</sup>

---

paglia ed altri abiti adatti al travestimento». Essi uccisero quattro cervi e minacciarono un guardiacaccia. Nel febbraio del 1723 un altro e più drammatico bando affermava che «un gran numero di persone contrarie all'ordine costituito e con cattivi propositi» si erano associati sotto il nome di *Blacks* nelle contee del Berkshire e dello Hampshire. Queste persone erano armate, facevano scorribande nelle foreste e nei parchi, uccidevano e portavano via i cervi, liberavano i delinquenti, inviavano lettere minatorie ai signori chiedendo selvaggina e denaro minacciando uccisioni e incendi delle loro proprietà. Inoltre, «avevano aggredito persone nelle loro case a schioppettate, avevano ferito i cavalli e il bestiame, buttato giù i cancelli d'ingresso e i recinti, rovinato viali, piantagioni, e gli sbarramenti delle peschiere e rubato il pesce».

<sup>180</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 72 ss. riferisce che il duca di Newcastle ricevette da uno dei suoi informatori la notizia che «un uomo era riuscito a smascherare un gran numero di canaglie che si nascondevano intorno a Guilford, Farnham ed altri luoghi dello Hampshire o del Berkshire, tutti quanti a cavallo e armati, associatisi con il pretesto di rubar cervi, ma in realtà con l'intenzione di cominciare una insurrezione armata quando fosse stato dato l'ordine».

Il processo che fu intentato contro molti *Blacks* rivelò l'inconsistenza di questo sospetto, che peraltro non poté essere preso seriamente in considerazione per lungo tempo da Walpole e Townshend perché essi, da varie fonti, ricevettero notizie più attendibili sul reale svolgimento dei fatti. In effetti, molti imputati furono condannati all'impiccagione «in catene» per le solite scorrerie nelle proprietà dei signori e per l'omicidio del figlio di uno di essi.

<sup>181</sup> Emblematico dei conflitti che si scatenavano nelle foreste è il diario di padre Waterson «un prete eccezionale», vicario di Winkfield: «Nessuno deve sopportare più danni di coloro che rendono possibile l'alimentazione dei cervi con pregiudizio dei loro campi e, se dipendesse da loro, la selvaggina della foresta non correrebbe pericolo (Waterson si riferisce al fatto che gli abitanti dei villaggi della foresta avevano estesi diritti comuni come compenso per il fatto che ai cervi era consentito pascolare nei loro campi). Ma se uno che non subisce danni ha il permesso di uccidere e sterminare gli animali della foresta [permesso datogli dal Justice in Eyre], mentre io che subisco danni a malapena posso tenere un fucile a casa mia; se un Keeper o un guardiacaccia, che indossa la livrea del suo padrone, può venire sui miei terreni, distruggere le mie siepi, calpestare il mio grano impunemente, mentre io, che sono la parte lesa, ho paura che si sappia che ho in casa un uccello, allora so bene come risentirmi e vendicarmi di ciò, di questa situazione che ogni *farmer* conosce fin troppo bene come

e la cui esclusiva di caccia era l'emblema visibile e odiato dei privilegi che si erano conquistati<sup>182</sup>.

Il *Black Act* fu una legge particolarmente drastica perché puniva con la pena di morte numerosi reati, considerati *felonies*, circa cinquanta, stando alla lettera della normativa. Già assai densa, questa lista di reati si sarebbe di molto allungata per le decisioni dei giudici che, invertendo la tendenza, a lungo mantenuta, verso la clemenza, furono sollecitati, nel clima di esaltazione della spasmodica ricerca del profitto individuale tipico dell'età della monarchia hannoveriana, nello sbrigliare la loro fantasia repressiva grazie alla pericolosa vaghezza del testo. Tale vaghezza fu considerata una specifica e perniciosa eccezione<sup>183</sup> nella produzione legislativa del XVIII secolo, attenta, invece, alla precisione del dettato normativo, una conquista delle lotte costituzionali del XVII secolo<sup>184</sup>.

Il *Black Act*, la cui validità sarebbe stata prorogata a più riprese, faceva riferimento, in primo luogo, a quelle persone «armate di spada, armi da fuoco, o altri strumenti capaci di recar offesa, e con le facce annerite o in qualche altro modo mascherate» che apparissero «in qualsiasi foresta, parco, o in terreni recintati con un muro, una palizzata od altra forma di recinzione, dove i cervi sono abitualmente tenuti o lo saranno, o in qualsiasi altro *warren* o altro luogo dove lepri e conigli sono stati abitualmente tenuti o lo saranno» ed «illegalmente o intenzionalmente cacceranno, feriranno, uccideranno, distruggeranno o ruberanno» quegli animali o il pesce. Anche se, leggendo queste disposizioni, sarebbe stato pacifico dedurre che erano punibili

---

la conosco io; e questa è la vera ragione per cui la selvaggina in tutte le foreste è così poca, e perché, probabilmente, degli uomini risolti si prendono la libertà incredibile di uccidere i cervi che sono proprietà del re, e di conseguenza, di non dover subire più danni per nessuna ragione al mondo». Significativo è anche il giudizio di Waterson sulla *forest law*: «La libertà e le Leggi della Foresta sono tra loro incompatibili». I diari di Waterson sono stati trovati, dopo un certosino e difficile lavoro di ricerca da E. P. THOMPSON, che in *Whigs e cacciatori*, cit., p. 99 ss. spiega, per esempio, la distruzione delle peschiere e il furto di pesce con il fatto che assai sovente le peschiere erano state costruite su terreni gravati di diritti comuni producendone l'estinzione.

<sup>182</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 99 ss. spiega, per esempio, la distruzione delle peschiere e il furto di pesce con il fatto che assai sovente le peschiere erano state costruite su terreni gravati di diritti comuni producendone l'estinzione.

<sup>183</sup> L. RADZINOWICZ, *A History of English Criminal Law and Its Administration from 1750*, Stevens & Sons Limited, London, 1948, Vol. I. p. 77 dove si legge che «Non c'è azione criminale che non appaia negli articoli del Black Act; i reati contro l'ordine pubblico, contro la macchina burocratica che doveva far rispettare le leggi del paese, contro la proprietà, contro la persona, i danni più o meno gravi intenzionalmente arrecati alla proprietà-tutto questo ricadeva invariabilmente nel Black Act che comminava invariabilmente la pena di morte. Per queste ragioni la legge costituiva di per sé un codice repressivo ad un tempo completo ed estremamente severo».

<sup>184</sup> D. HAY, *Property, authority and the criminal law*, in D. HAY, P. LINEBAUGH, J.G. RULE, E. P. THOMPSON, C. WINSLOW, *Albion's Fatal Tree. Crime and Society in Eighteenth-Century England*, Verso, London, 1975, p. 32.

con la morte le specifiche azioni degli uomini mascherati, i giudici ritennero che apparire con la faccia annerita o armati in certi luoghi fosse un comportamento di per sé passibile di pena capitale<sup>185</sup>. Altri articoli contemplavano come reati capitali l'invio di lettere anonime con le quali si richiedessero «denaro, cacciagione o altre cose di valore» e la liberazione con la forza di qualunque detenuto accusato di uno qualsiasi di questi reati. Una particolare disposizione accentuava i caratteri sommari della legge perché stabiliva che una persona avrebbe potuto essere messa a morte senza processo se fosse stata accusata di uno qualsiasi dei reati suddetti sulla base di deposizioni giurate di testimoni attendibili, tali deposizioni fossero state mandate al *Privy Council*, il *Privy Council* avesse messo a bando questa persona e le avesse ordinato di consegnarsi alle autorità, ma egli non l'avesse fatto. C'erano altri articoli che rendevano più celere la procedura giudiziaria derogando le procedure ordinarie e comprimendo i diritti degli imputati. Costoro, per esempio, potevano essere giudicati in qualsiasi contea e non solo in quella dove avevano commesso il fatto. Infine, lo *hundred* dove era stato commesso il reato diventava nel suo insieme responsabile dei danni inferti alla vittima mediante l'imposizione di una tassa speciale imposta a tutti i suoi abitanti.

La sanguinaria severità del *Black Act* ha ispirato l'idea che la legge fosse, al di là del contingenza che ne aveva determinato l'approvazione, uno strumento generale e severo di difesa della proprietà privata nel momento in cui essa si affermava in maniera netta e irresistibile contro la logica e l'esercizio del *common*. In questa prospettiva si spiega anche il diverso contenuto delle disposizioni della legge in parola rispetto alle norme penali precedentemente in vigore perché, secondo una tendenza maturata già nel secolo precedente e che aveva ricevuto una forma piuttosto precisa in Locke, ora non si puniva più il reato che riguardava i rapporti personali tipici della società feudale, ma il reato contro la proprietà, ossia un reato contro le cose. La spersonalizzazione delle nuove norme conferiva al diritto penale un carattere di imparzialità sicché anche i tribunali potevano presentarsi come obiettivi e capaci di mediare in modo impersonale i conflitti di classe<sup>186</sup>.

## 8. Rivoluzione industriale, mutamenti economico-sociali e nuovi valori attribuiti alla Carta della Foresta nell'Ottocento

L'atmosfera dell'Inghilterra nel periodo della rivoluzione industriale fu una atmosfera di contrasti che vide la trasformazione delle strutture economiche e lo

---

<sup>185</sup> E. P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 28.

<sup>186</sup> P. THOMPSON, *Whigs e cacciatori*, cit., p. 222.

sviluppo di nuove forze industriali e politiche<sup>187</sup>. Sarebbe cambiato lo stesso paesaggio dal Regno presto popolato di fabbriche e attraversato da nuove strade, canali, ferrovie utili allo sviluppo dell'industria nascente, rendendo necessarie, a partire dalla seconda metà del secolo, le prime leggi a tutela dell'ambiente, gli *Alkali Acts* (1863) e della salute pubblica, il *Public Health Act* del 1875<sup>188</sup>.

Realizzatasi nei decenni cruciali tra XVIII e XIX secolo, favorita dalle *enclosures* (tra il 1793 e il 1815 vi furono circa duemila atti parlamentari)<sup>189</sup> e dalle innovazioni tecniche<sup>190</sup>, la rivoluzione industriale<sup>191</sup> rese l'Inghilterra «l'officina del mondo» e plasmò la società borghese e i suoi valori. Contro questo processo si manifestarono resistenze e contestazioni come la rivolta dei salariati agricoli del 1830<sup>192</sup> e le azioni dei luddisti<sup>193</sup>, tutte inevitabilmente destinate ad essere travolte dalla forza espansiva del nascente capitalismo e dai i limiti propri dei movimenti di protesta preindustriali che non ebbero, a differenza di quelli rivoluzionari francesi, direzione politica<sup>194</sup>.

Nuovi valori divennero completamente evidenti nell'età vittoriana, non meno, però, delle debolezze e delle contraddizioni all'interno della società. «L'inferno» era in parte ereditato dal passato e in parte si estendeva ogni anno non soltanto a Londra, ma anche a Liverpool, Manchester, Birmingham e in tutte le grandi città<sup>195</sup>. Anche nelle campagne «c'erano folle di persone a malapena più civili della

---

<sup>187</sup> E. WILLIAMS, *Culture and Society 1780-1950*, Chatto e & Windus, London, 1961; trad. it., *Cultura e rivoluzione industriale. Inghilterra 1780-150*, Einaudi, Torino, 1968, p. 27 ss. L'A. sostiene che l'idea di cultura e la parola stessa nei suoi usi comuni sorsero nel pensiero inglese nel periodo della rivoluzione industriale.

<sup>188</sup> 38 & 39, *Vict.*, c. 55.

<sup>189</sup> La letteratura sulle *enclosures* è sterminata. Perciò ci si limita a rinviare a A. H. JOHNSON, *The disappearance*, cit., p. 82 ss.; J. M. NEESON, *Commoners*, cit.; S. FAIRLIE, *A Short History of Enclosure in Britain*, in *The Land Issue*, 2009, n. 7, p. 1 ss.

<sup>190</sup> V. CASTRONUOVO, *La rivoluzione industriale*, II, ed. Sansoni, Firenze, 1982, cui si rinvia per l'ampia bibliografia.

<sup>191</sup> M. DOBB, *Problemi di storia*, cit., p. 295 ss.; V. CASTRONUOVO, *La rivoluzione industriale*, cit., II.

<sup>192</sup> La rivolta del 1830 costituì «l'episodio più impressionante della lunga e sfortunata lotta dei lavoratori agricoli inglesi contro la povertà e degradazione». Cfr. il classico lavoro di E. J. E. HOBSBAWN, G. RUDÉ, *Captain Swing*, Lawrence & Wishart, 1969, trad. it. *Rivoluzione industriale e rivolta nelle campagne*, Edizione Res Gestae, Milano, 2013.

<sup>193</sup> L. SALVADORI, C. VILLI, *Il Luddismo. L'enigma di una rivolta*, IDUNA Edizioni, Sesto San Giovanni, 2018; E. P. THOMPSON, *The Making of the English Working Class*, Victor Gallancz, London, 1963, trad. it., *Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra*, Il Saggiatore, Milano, Vol. II, p. 77 ss.

<sup>194</sup> E. P. THOMPSON, *The Making of the English Working Class*, cit.

<sup>195</sup> F. ENGELS, *Lage der Arbeitenden Klassen in England*, Verlag Otto Wigand Leipzig, 1845, tad. it., *La situazione della classe operaia in Inghilterra*, Editori Riuniti, Roma, 1955.

maggior parte della gente duemila anni orsono», come sottolineò Bagheot. In questo scenario, le tradizionali «libertà» della Carta della Foresta acquistarono significati nuovi ed importanti. In ciò si coglie la trasformazione dell'ambiente socio-economico che può servire come guida di tipo particolare per considerare i più ampi cambiamenti della vita delle classi sociali. La urbanizzazione, conseguenza delle rivoluzioni industriale, si sviluppò grandemente con i suoi quartieri operai e gli *slums* e poiché le città divennero inquinate e i giardini pubblici quasi scomparvero, la domanda di poter frequentare gli spazi salubri delle campagne e delle foreste si trasformò presto nella pretesa di avervi diritto<sup>196</sup>. Di questi cambiamenti avrebbe preso atto la Regina Vittoria nel 1878 quando, inaugurando la Epping Forest come luogo di pubblica ricreazione avrebbe posto l'accento sulla nuova concezione delle «liberties of the forest»<sup>197</sup>. Peraltro, la disponibilità ad accogliere questi nuovi interessi e sensibilità che si contrapponevano alla politica forestale della Corona, sarebbe stata agevolata dal forte calo della domanda di legname per la costruzione della flotta innescato dal ricorso all'acciaio.

Nel XIX secolo l'amministrazione delle foreste reali si sviluppò lentamente. Nel 1810 i *surveyors-general* furono sostituiti dalla *Commission of Woods, Forests, and Land Revenue*<sup>198</sup>. Tuttavia, tra il 1832 e il 1851, le competenze della Commissione riguardo le foreste reali furono di fatto diluite perché ad essa furono assegnati anche compiti relativi a *Works and Buildings*. Nel 1851 le competenze della Commissione si riconcentrarono sulle risorse forestali e l'*Office of Woods* prese ad esercitare la sua autorità sulle *Royal Forests*. Per incrementare le entrate della Corona l'*Office of Woods* s'impegnò nella produzione del legname da destinare alla costruzione di navi da guerra<sup>199</sup> e, quindi, affrontò il solito conflitto con i *communers* determinati a difendere i loro diritti compromessi dalle recinzioni necessaria alla piantagione e alla crescita degli alberi. Così, di tanto in tanto scoppiavano tumulti, come quelli che scossero nel 1831 la foresta di Dean<sup>200</sup>. Nel 1851 il Parlamento emise il *Deer Removal Act* mediante il quale la Corona rinunciava ai suoi diritti sui cervi, da rimuovere dalla *New Forest* entro tre anni dall'entrata in vigore della legge, e, per

---

<sup>196</sup> G. M. TREVELYAN, *English Social History (A survey of Six Centuries. Chaucer to Queen Victoria)*, Longmans Green and Co., Ltd, London, 1944, trad. It., *Storia della società inglese*, Einaudi, Torino, 1981, p. 496 ss.

<sup>197</sup> N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 354.

<sup>198</sup> *An Act for Uniting the Offices of the Surveyor General of land Revenue of the Crown and Surveyor General of the Land Revenues of His Majesties Woods, Forests, Parks and Chases*, 1810, 50 Geo 3 c. 65 <amended 10 Geo 4 c. 50.

<sup>199</sup> N. D. G. JAMES. *A History*, cit., p. 183 ss.

<sup>200</sup> S. NAIL, *Forest Policies and Social Change in England*, Springer, New York, 2008, p. 18 ss.

incrementare la produzione di legname, veniva autorizzata a recintare e rimboschire un'area non superiore ai diecimila acri, che si aggiungeva ai seimila acri già recintati. Tuttavia, era stabilito che quando una piantagione fosse cresciuta abbastanza da non poter essere danneggiata dai bestiame, l'area avrebbe potuto essere aperta e una equivalente superficie recintata di bel nuovo (*rolling power*). Venne anche istituito il *Register of Claims to Common Rights*. Com'era prevedibile questa legge incontrò la forte opposizione dei *commoners*, organizzati, dal 1867, in un'associazione, *the New Forest Association* decisa a intralciare l'azione dell'*Office of Woods*, competente ad esercitare il tenuissimo *rolling power*. Per non incontrare più ostacoli the *Crown Office of Woods* propose al Parlamento, nel 1871, un disegno di legge stando al quale sarebbero stati estinti «*all forest rights*». Questa volta, a contrastare la mossa della Corona furono non soltanto i *commoners*, ma anche cittadini disinteressati ai risvolti economici della questione e che, riunitisi nella *Footpaths Preservation Society*, consideravano l'alterazione dell'ambiente naturale, conseguente alla eliminazione dei cervi e alla nuova destinazione di vaste aree della foresta, inaccettabile dal punto di vista della gradevole fruizione, nel tempo libero, di un ambiente non alterato. Probabilmente conoscitori dell'opera di John Wise, *The New Forest, Its History and Scenery*<sup>201</sup>, un libro che ne magnificava l'habitat, costoro erano portatori di una «ecologia superficiale»<sup>202</sup> in continuità con l'idealizzazione della campagna, che, in Inghilterra «ha una lunga storia» e in linea con uno stile di vita, tutto borghese, rurale, tranquillo e tradizionale<sup>203</sup>. Dopo che il *Select Committee* della *House of Lords* prese atto, nel 1875, del crescente interesse che la questione suscitava tra il pubblico, fu approvata una legge che teneva conto delle critiche manifestatesi. Il *New Forest Act* del 1877, infatti, limitò le aree da dedicare alle piantagioni a quelle che erano state individuate secondo le leggi del 1689, 1808 e 1851 per un totale di diciottomila acri, dei quali solo sedicimila avrebbero potuto essere recintate in ogni momento. Sugli altri quarantacinque mila acri i *commoners* avrebbero potuto esercitare i loro diritti d'uso, alcuni dei quali furono ripristinati abolendo i più anacronistici diritti della corona come il diritto di vietare l'accesso nella foresta durante il periodo di riposo dei cervi o di gravidanza delle cerva. Per rendere effettivi i diritti dei *commoners* vennero completamente riorganizzate le vecchie corti della foresta, quelle di *Swainmote* ed *Attachment* le cui competenze erano diventate nebulose a causa dello stratificarsi di diverse regole. In primo luogo, si

<sup>201</sup> Il libro si può leggere nell'edizione del 2019 curata dall'Alpha Editions.

<sup>202</sup> J. RODMAN, *Four Forms of Ecological Consciousness Reconsidered*, in D. SCHERER and T. ATTIG (eds), *Ethics and Environment*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, NJ, p. 84.

<sup>203</sup> E. WILLIAMS, *Culture and Society*, cit., p. 92 ss.

incrementò il numero dei *Verderers* che componevano la corte da quattro a sei. Uno di essi era l'*Officer* nominato dalla Corona e gli altri cinque, che dovevano essere proprietari terrieri, venivano eletti dai *commoners* e da coloro che, residenti nelle parrocchie della foresta, godevano del diritto di voto nelle elezioni del parlamento. Dato di sicuro rilievo, fu abolito il giuramento dei giudici di tutelare gli interessi della corona in ogni controversia sicché essi divennero, in pratica, anche «*the voice of commoners*». A ogni *Verderer* furono attribuiti i poteri di un *Justice of Peace* nelle materie forestali e sia la *Court of Swainmote*, sia la *Court of Attachment* divennero, ciascuna, una *Court of Petty Session* che agiva con rito sommario<sup>204</sup>. I *Verderers* costituivano «*a Body Corporate in perpetual session*» competente a reclutare ufficiali per controllare il bestiame, salvaguardarne la salute, coprire i costi di tale gestione mediante la riscossione di una imposta gravante su ogni capo di bestiame appartenente ai *commoners*, destinare a vantaggio di costoro il ricavato della vendita di terre sulle quali sarebbe passata la ferrovia Southampton-Dorchester.

Che le corti fossero, a differenza del passato, espressione degli interessi dei *commoners*, spiega la natura dei conflitti che le opposero all'*Office of woods*. Per circa quaranta anni dalla emanazione della legge i *Verderers* manifestarono la tendenza a considerare tutte le terre destinate all'esercizio dei diritti comuni come proprietà dei *commoners* e, conseguentemente, a riconoscere alla Corona il solo diritto alla recinzione delle terre. Essi, però, facevano una lettura forzata della *section 12* della legge che, in verità, riservava alla Corona tutti i diritti tranne quelli che espressamente le erano stati sottratti. In definitiva, i *Verderers* sfidarono la Corona su materie come la concessione del diritto di passaggio e di servitù. In un clima meno conflittuale la controversia relativa alla decisione dell'*Office of the woods* di concedere il permesso relativo alla costruzione di un mulino in Holmsey Land fu salomonicamente risolta, nel 1894, al di fuori delle corti, nel senso di consentirla in una zona meno importante<sup>205</sup>.

Ma la legge fece anche un'importante apertura alle nuove sensibilità verso la conservazione della natura: la *s. 8* stabiliva infatti che «*the ancient and ornamental woods and trees in the Forest shall be preserved*».

La dinamica del conflitto verificatosi nella New Forest si replicò in qualche altro caso confermando l'importanza crescente del ruolo svolto dai cittadini o delle istituzioni che intervenivano per contribuire a realizzare una nuova sistemazione delle aree forestali rispettosa dei diritti dei *commoners* e lontana dalla pretesa di integrale sfruttamento profittevole delle foreste voluta dalla Corona.

<sup>204</sup> G. CRISCUOLI, *Introduzione allo studio del diritto inglese*, Giuffrè, Milano, 1981, p. 258.

<sup>205</sup> D. STAGG, *Silvicultural Inclosure in the New Forest From 1850 to 1877*, in 48 *Proc. Hampsk Field Club Archaeol Soc.*, 1992, p. 143 ss.

Nel 1851 la Hinault Forest, adiacente alla Happing Forest, fu disforestata, gli alberi abbattuti e i campi vennero recintati ed arati. Nel 1866 i *commoners* adirono le corti per chiedere che le recinzioni fossero dichiarate illegittime. Essi ricevettero il sostegno della *Corporation of the City of London* che desiderava utilizzare l'Happing Forest affinché i cittadini potessero frequentarla per il loro benessere e ricreazione.

Le corti accolsero la domanda dei *commoners* perché ritennero che nessuno di essi aveva consentito le recinzioni vendendo il suo diritto basato sulla Carta della Foresta. Infatti, «*it would be impossible for the landowners to demonstrate that every single entitled commoner had given consent and been compensated, and that since the right was individual rather than collective, each and every commoner had the right to veto the change*»<sup>206</sup>. Sulla scia di questa sentenza, nel 1878, la città acquistò tremilacinquecento acri della foresta e poi, con l'*Epping Forest Act* la città di Londra diventò *Conservator of the Forest*. In questo contesto i diritti accertati dei *commoners* vennero salvaguardati e furono nominati dei *Verderers* per tutelarli.

Accadde anche che a conciliare esigenze produttive e conservazione dell'ambiente fossero i nuovi proprietari delle foreste. La Foresta reale di Exmoor fu disforestata dal Parlamento nel 1815 e la quota spettante alla Corona fu venduta a John Knight tre anni dopo. Costui e i suoi discendenti si impegnarono a reclamare la brughiera, piantarono boschi, recintarono terreni agricoli, allevarono pecore, tracciarono percorsi per le passeggiate con un equilibrio che, a metà del XX secolo, ne avrebbe favorito la trasformazione in *Natural Park*<sup>207</sup>.

In altre ipotesi, infine, prevalse una destinazione essenzialmente produttiva della foresta, ma non a profitto esclusivo della Corona, ma anche dei ceti produttivi che avevano il diritto di esercitare la loro attività da gran tempo.

Nella foresta di Dean, tradizionalmente una grande fonte di risorse finanziarie per la Corona, agli inizi del secolo i quattro quinti del territorio furono destinati a piantagione degli alberi, dopo che i cervi erano stati sloggati. Poiché però la foresta ospitava numerose ferriere, autorizzate da *royal charters* di Edoardo I, nel 1815 il Parlamento confermò i diritti di coloro che le sfruttavano<sup>208</sup>.

La sensibilità di nuovi gruppi sociali verso l'ambiente fu favorita anche da un clima culturale che, dalla fine de XVIII secolo, aveva visto svilupparsi un crescente interesse per gli studi di storia naturale e, nelle arti e nella letteratura, la reazione del Romanticismo contro la rivoluzione industriale, che si risolveva nella esaltazione

---

<sup>206</sup> S. MAITLAND, *Gossip from the Forest: the Tangled Roots of Our Forests and Fairytales*, in *Granta*, 2012, p. 92.

<sup>207</sup> N. D. G. JAMES, *A History*, cit., p. 93.

<sup>208</sup> S. MAITLAND, *Gossip*, cit., p. 180.

della «vita umile e rustica», presente con particolare evidenza in Wordsworth, per esempio<sup>209</sup>.

Tra le molte opere di carattere scientifico, il libro di Gilbert White, *Natural History and Antiquities of Selborn*, pubblicato nel 1778, riflesse e diffuse l'attenzione per la flora, la fauna e la geografia dell'Inghilterra. Sorsero società di storia naturale dedite a collezionare e catalogare le varie specie animali e vegetali. Nel 1861 l'università di Cambridge propose un corso di laurea in scienze naturali. Nel 1870 *The Elementary Educational Act*<sup>210</sup> istituì nelle scuole primarie l'insegnamento di elementi di storia naturale. Lo sviluppo delle ferrovie consentì a molti di visitare il paese e di impegnarsi più appassionatamente nella difesa dell'habitat naturale e su questo terreno essi si unirono ai *commoners* che contrastavano le recinzioni per ben più concrete ragioni. In questo scenario nel 1865 John Stuart Mill e altri fondarono *Commons Preservation Society* che pretese e ottenne il libero accesso a spazi aperti nelle foreste di Epping, Blackheath, Hampstead Heath, Wandsworth Common, Wimbledon Common e altrove<sup>211</sup>. Dopo l'emanazione del *Wild Birds Protection Act* del 1880<sup>212</sup>, alcuni cittadini, sotto la guida della filantropa Emily Williamson, diedero vita, nel 1889, a una *charitable organisation*, *the Society for the Protection of Birds*, che, tra l'altro, si battè contro l'uso delle piume d'uccello nella moda e che, ottenuta la *Royal Charter* nel 1904, è attiva ancor oggi col nome di *Royal Society for the Protection of Birds*.

In definitiva nel XIX secolo le istanze di conservazione della natura stavano diventando un problema politico mentre si affermavano nuovi usi delle foreste<sup>213</sup>.

## 9. La riforma delle leggi sulla caccia

Nel 1816, concluse le guerre contro Napoleone, durante le quali il mercato nero della selvaggina si era di molto incrementato, riprese la campagna per la riforma sulle leggi della caccia che in precedenza non aveva sortito alcun risultato per l'ostinata opposizione dei *qualified owners*. A loro sostegno si mossero anche alcuni giuristi che tentarono di giustificare, sul piano formale, la *ratio* della normativa

---

<sup>209</sup> D. DAICHES, *A Critical History of English Literature*, The Ronald Press Company, New York, 1960, trad. it. *Storia della letteratura inglese*, Garzanti, Milano, 1970, Vol. II, p. 332.

<sup>210</sup> In 33 & 34 *Vict.*, c. 75.

<sup>211</sup> N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 354 ss.

<sup>212</sup> 43 & 44 *Vict.*, c. 35.

<sup>213</sup> N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 358. A questo lavoro si rinvia anche per una sintetica, ma esauriente esposizione delle diverse associazioni 'ambientaliste' che nacquero nel periodo considerato.

in vigore. Poiché questi autori non potevano negare che, secondo il *common law*, ogni proprietario aveva il diritto di cacciare sul suo proprio fondo e che la selvaggina gli apparteneva «ratione soli» e poiché dovevano, di conseguenza, riconoscere che le leggi in vigore contraddicevano queste regole, essi, con una certa incoerenza giuridica, spiegabile solo con una precisa scelta politica, auspicavano soltanto che fosse consentito cacciare ai proprietari di terre meno abbienti e, in modo formalmente anche più audace, pure ai «*tenants of large farms*». Riguardo a questi ultimi, la giustificazione si trasferiva esplicitamente dal piano giuridico a quello della opportunità, sottolineando che essi sarebbero stati incentivati «*to adopt measures to preservation*» degli animali selvatici, mentre adesso il loro interesse era esattamente l'opposto per sottrarsi, nei limiti del possibile, alle visite dei cacciatori. Se però i *qualified owners* fossero rimasti inflessibili nel difendere la loro posizione privilegiata, si suggeriva che avrebbero potuto negare al *tenant* il diritto di caccia mediante «*express covenant*», con il risultato di riassorbire in qualche modo la forzatura segnalata. Rimaneva incrollabile la chiusura verso i non proprietari che, dal canto loro, invocavano, in maniera più o meno esplicita, una specie di diritto naturale a cacciare la selvaggina che Dio non aveva assegnato solo ai detentori di una certa ricchezza, ma a tutti<sup>214</sup>. Per legittimare questa esclusione, oltre alla solita litania che la caccia avrebbe abbruttito le «*inferior persons*» distogliendole dai lavori utili alla società, veniva proposta un'altra argomentazione di tipo economico, ricorrendo a una specie di analisi economica del diritto *ante letteram*: solo i proprietari contribuiscono al mantenimento degli animali perché si cibano nei loro campi e quindi è razionale che soltanto essi possano cacciarli. Essendo questi i termini della questione, bisognava giustificare la selezione dei possidenti, visto che tutti generosamente contribuivano al nutrimento agli animali, sia pure in maniera diversa. E così balenò l'idea di proprietari la cui «*fortune and rank may justify the application of their time to the sports of the field*». Questa teoria, molto classista, mirava anche a travolgere l'argomento che era irrazionale la determinazione di una soglia di ricchezza al di sotto della quale proibire la caccia e, per respingere una ulteriore obiezione, si aggiungeva che se anche redditi meno facoltosi erano legittimati a votare per le

---

<sup>214</sup> William Garman, un lavoratore di Norfolk, imputato di aver preso in trappola una lepre dichiarò ai suoi accusatori: «he saw it as he passed, he thought he might as well have it as anyone else». Verso la fine del secolo Joseph Arch enunciò per l'ennesima volta la centenaria giustificazione che i poveri avevano dato alla caccia di frodo «The plain truth is, we labourers do not believe hares and rabbits belong to any individual, not any more than thrushes and blackbirds do». Un lavoratore con una famiglia da sfamare, egli continuò, non crede che le lepri «have been created exclusively for one class of the community». Cfr. E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 154.

elezioni del Parlamento, ciò non cambiava le cose riguardo l'attività venatoria perché l'elettorato attivo serviva loro esclusivamente per mandare a Westminster rappresentanti chiamati a difenderne la libertà e la proprietà<sup>215</sup>.

Nel 1816, su proposta di Thomas Wood, un *gentleman* del Middlesex, un *select committee* della Camera dei Lords condusse un'inchiesta sulla legislazione che vietava la vendita della selvaggina. Nel suo report finale il comitato premise che «*all game should be the property of the person on whose lands such game should be found*» e, perciò, fece intendere di essere favorevole alla abolizione delle restrizioni al commercio cacciagione, giudicate inefficaci<sup>216</sup>. Contrario ad ampliare la platea dei cacciatori, lo stesso Thomas Wood presentò un progetto imperniato esclusivamente sulla liberalizzazione del mercato, che, però, fallì in quanto fu attaccato sia di chi riteneva che esso avrebbe incrementato la caccia di frodo, sia da chi lo giudicava troppo timido.

Nel 1819 un altro progetto di legge fu presentato da Thomas Brand, un membro del parlamento, secondo il quale la selvaggina era dichiarata di proprietà del cacciatore che avrebbe potuto venderla. Nuovo fallimento.

Nel 1821 la *House of Commons* nominò un *committee* per studiare, ancora una volta, il rapporto tra mercato nero e caccia di frodo. Il *committee* concluse che la legislazione proibizionista era non solo di difficilissima attuazione, ma assolutamente perniciosa. Dunque, raccomandò di legalizzare il commercio nella convinzione che soltanto questa misura avrebbe stroncato la caccia illegale. Le reazioni dei *gentlemen* furono sdegnate. Henry Brougham, I barone di Brougham e Vaux, dichiarò solennemente che mai avrebbe votato un progetto di legge capace di trasformare il privilegio dei nobili in una fonte di profitto. Tuttavia, questa altezzosa posizione subì un duro colpo quando, reso pubblico il *report*, si poté leggere che alcuni nobili, messa da parte ogni albagia, non disdegnavano di vendere la loro selvaggina illegalmente, il che mise molti nell'ordine di idee che le aristocratiche rimostranze tendessero, molto più prosaicamente, a mantenerne alto il prezzo della merce.

Dal 1823 s'interessò della riforma Sir James Stuart-Wortley, Lord Wharnclyff che si fece promotore di una serie di *bills*, presentati prima alla *House of Commons* e, dal 1827, alla *House of Lords*. Il suo progetto di riforma si basava, come gli altri

---

<sup>215</sup> J. CHITTY Esq. Of the Middle Temple, *A Treatise of the Games Law and on Fishers with an appendix containing all the statutes etc.*, Part. I, p. 1 ss.

<sup>216</sup> Si legge nel *report*: «the commercial prosperity of the country and consequent habits of luxury and indulgence, operate as a constant excitement to violations of the game laws» con la conseguenza che «no legislative interference that your Committee could recommend appears likely to counteract».

sulla attribuzione della proprietà della selvaggina al *landowner* e sulla legalizzazione della vendita, ma, come gli altri progetti, non andò in porto. Nel febbraio del 1828 the Marquis of Salisbury, favorevole alla riforma e Lord Wharncliffe, che, invece, l'aveva sempre avversata, raggiunsero un compromesso per sbloccare la situazione di stallo. Essi si accordarono su un testo che, in cambio della rinuncia a ripristinare la regola del *common law* circa la proprietà degli animali selvatici, anticamera dell'abbattimento dei requisiti che legittimavano i cacciatori e della libertà di commercio della selvaggina, prevedeva l'ampliamento della platea di coloro che erano ammessi ad esercitare lo sport. Avrebbero potuto, dunque, andare a caccia tutti gli *esquires*, le persone «*of higher degree*», qualunque fosse l'ammontare e la fonte del loro reddito e i *leaseholders*, i fittavoli, che possedessero venti o più acri di terra. In aggiunta i *lords of manors* e tutti i proprietari dalla rendita annuale di più di cento sterline, sarebbero stati legittimati a permettere a chiunque avessero voluto di cacciare sui loro stessi campi. Dopo alcune «*comic*» disavventure parlamentari neanche questo progetto riuscì ad essere approvato<sup>217</sup>.

Nel giugno 1830 re Giorgio IV morì e si resero necessarie nuove elezioni per il Parlamento. Nel dicembre di quello stesso anno ci fu un altro tentativo di riformare la legge del 1671 che si impigliò nelle solite controversie, che, ancora una volta, non promettevano niente di buono. In questo scenario, John Charles Spencer, III Conte di Spencer, conosciuto col titolo di cortesia di Lord Althorp, Cancelliere dello Scacchiere nel governo di Lord Grey, spaventato dalle rivolte dei contadini che si erano verificate nell'autunno<sup>218</sup> e convinto, probabilmente con una buona dose di esagerazione, che esse fossero state favorite anche dall'abitudine di resistere alle autorità per cacciare di frodo<sup>219</sup>, presentò e infine riuscì a far approvare un proprio disegno di legge imperniato sulla abolizione della figura del *qualified owner*.

*The Game Act* del 1831<sup>220</sup>, in effetti, eliminò «l'arcaico» sistema della *property qualification* e lo sostituì con il sistema della certificazione per il quale chiunque, senza riguardo al suo status sociale, avesse potuto comprarsi un certificato che lo legittimava ad andare a caccia, avrebbe potuto legittimamente uccidere gli animali selvatici sorpresi sui suoi fondi e avrebbe potuto venderli liberamente. Le pene più

<sup>217</sup> Sulle traversie di tutti i *bills* indicati nel testo si rinvia a P. B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 150 ss.

<sup>218</sup> Si rinvia alla nota 134 e al relativo testo.

<sup>219</sup> Lord Althorp dichiarò ai Comuni «Certainly that system which filled our goals with hardy men, which the most active and intelligent of our population, and educated them in vice, associated them with criminals, and then turned them loose on the county, prepared for all kinds of crimes – certainly, such a system could not be too soon altered» in *Parl. Deb.*, 3<sup>rd</sup> ser., I, cols. 812-13.

<sup>220</sup> *An Act to amend the Laws in England relative to Game*, in 18&2 Will. C. 32.

severe previste dalla legislazione fino ad allora vigente, furono ridotte. In definitiva, dopo un tempo lunghissimo, veniva ripristinata la tradizionale regola del *common law* per cui la selvaggina apparteneva al proprietario del fondo dove essa si trovava. Furono anche di molto alleggerite le pene per i bracconieri.

Nonostante questo, però, gli irriducibili *qualified gentlemen* riuscirono ancora una volta a mantenere una posizione privilegiata. Nel testo di legge una disposizione autorizzava ciascun proprietario a mantenere i suoi *game rights* sulla terra che possedeva, a prescindere da come egli la usasse. In altri termini, il proprietario poteva conservare i suoi diritti di caccia sui terreni concessi in locazione e il *tenant* doveva subire le incursioni del signore senza poter pretendere alcun risarcimento per i danni che questi avrebbe inferto alle sue coltivazioni e senza neanche potersi difendere dai danni che gli stessi animali gli avrebbero arrecato perché essi non gli appartenevano. In definitiva, la regola del *common law*, applicata secondo una stretta logica formale, garantiva la sopravvivenza di un privilegio signorile e per fittavoli la nuova legge non fu di alcuna utilità. A maggior ragione non cambiò alcunché per i poveri, i più assidui *poachers*. Così negli successivi all'entrata in vigore del *Game Act* gli scontri tra e *keepers* bracconieri e i processi contro questi ultimi non diminuirono e questo consentì agli oppositori della riforma di protestare contro coloro che l'avevano approvata. Il Duca di Wellington se ne lamentò con Lady Shelley<sup>221</sup>. In fondo, gli unici beneficiari della legge furono i ceti medi urbani e i commercianti che li rifornivano più abbondantemente della selvaggina che essi richiedevano<sup>222</sup>.

La condizione dei *tenants* sarebbe migliorata solo cinquant'anni dopo con il *Ground Game Act* promosso dal governo di Gladstone nel 1880<sup>223</sup>. Questa legge concesse ai *tenants* il diritto, concorrente con quello dei proprietari, di uccidere lepri e conigli sorpresi nei fondi che essi conducevano, ma non i volatili. Perciò cacciare fagiani e pernici rimase un privilegio degli *owners*. Il diritto dei fittavoli di difendere i loro raccolti da lepri e conigli era inalienabile e indisponibile. Nonostante il suo carattere marcatamente classista, la legge accontentò i *tenants* che, senza lamentarsi per essere stati esclusi dall'antico passatempo dei re, smisero ogni opposizione, a conferma dell'inveterato conservatorismo del mondo rurale inglese.

---

<sup>221</sup> «The Game Act has produced exactly the effects I expected it would. Poaching all over the country has increased tenfold, particularly poaching with violence. I never heard before of any serious poaching in my woods; but from the first of November [1831], they were poached by gangs!. At least they killed one of my men». Cfr. P. B. MUNSCHÉ, *Gentlemen and Poachers*, cit., p. 157.

<sup>222</sup> E. GRIFFIN, *Blood Sport*, cit., p. 154.

<sup>223</sup> In 43 & 44 Vic. c. 47.

La legge del 1830 è ancor oggi in vigore con i numerosi aggiornamenti imposti dai tempi. Attualmente le regole sulla caccia non differiscono significativamente dalla disciplina vigente in altri paesi europei e tengono conto delle necessità di salvaguardare la natura, di proteggere alcune specie animali, di limitare l'attività venatoria a certi periodi dell'anno, mentre crescono le radicali opposizioni degli ambientalisti e degli animalisti che vorrebbero abolirla del tutto.

## 10. Nuove «libertà» della Foresta nel XX secolo

Tradotto dal latino e dal *Norman French* in inglese e spesso commentato, il testo della Carta della Foresta cominciò a circolare tra un pubblico abbastanza vasto a partire dalla fine del XIX secolo e divenne un punto di riferimento assai citato in molte degli scontri che, nel corso del Novecento, sorsero intorno all'uso del patrimonio forestale. La nuova fortuna di un documento così antico fu dovuta all'opera di importanti studiosi<sup>224</sup> e di alcune *societies* culturali, come la *William Salt Society* e *Selden Society* che diffusero anche la conoscenza della *Forest Law* trattata in antichi e preziosi documenti, come quelli relativi al materiale giudiziario accumulatosi nel corso dei secoli. Il rimando alla Carta di Enrico III consentiva di definire le nuove pretese della società circa l'uso delle foreste come nuove «libertà» e di nobilitarle con il richiamo ad una tradizione antichissima.

Le foreste reali furono dotate di regimi di amministrazione differenti gli uni dagli altri, tenendo conto della particolare storia di ciascuna zona e dei contesti economico-sociali locali. Nel segno della tradizione gli organi amministrativi conservarono, a volte, i loro antichi nomi, come nel caso dei *Verderers*, ma furono naturalmente investiti di più aggiornate competenze e si coordinarono con le nuove agenzie che si creavano. Le due guerre mondiali e la Grande Depressione inevitabilmente rallentarono le riforme del sistema di governo delle foreste, ma non sopirono del tutto vecchi e nuovi contrasti.

Allo scoppio della prima guerra mondiale, la necessità di legname da destinare alle industrie aumentò e anche dopo la fine del conflitto il *Forest Act* del 1919<sup>225</sup> affidò a dei commissari il compito di incrementarne la produzione afforestando

---

<sup>224</sup> Ricostruisce con sintetica accuratezza il fervore culturale che portò alla rivalutazione della Carta della Carta della Foresta, N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 359 ss.

<sup>225</sup> *An Act to Establishing a Forestry Commission for the United Kingdom, and Promoting Afforestation and the Production and Supply of Timber Therein, and for Purposes in Connection Therewith*, 1919, 9&10 Geo., c. 58.

nuove aree e comprando e vendendo terreni<sup>226</sup>. Nel 1924 le foreste reali furono trasferite a una nuova *Forestry Commission* in applicazione di una legge emessa l'anno prima<sup>227</sup> e così si formalizzò l'idea che ormai le foreste reali non servivano più come riserve di caccia del re o fonti di esclusivo guadagno della Corona. Al 1939 la *Forestry Commission* aveva acquistato 172.000 acri di terra da utilizzare per le piantagioni, ma poiché erano diffuse le critiche di coloro che lamentavano l'abbruttimento del paesaggio e l'impoverimento delle risorse ecologiche<sup>228</sup>, la Commissione fece alcuni parchi, per esempio nella foresta di Dean<sup>229</sup>. Dopo la fine della seconda guerra mondiale, la Commissione continuò con maggiore determinazione la politica realizzata durante il conflitto. Di conseguenza, nel dopoguerra la Commissione acquistò nuove terre nelle quali sradicò le vecchie piante e le sostituì con le conifere. La Commissione agiva in base a un calcolo costo-benefici per il quale considerava le nuove piantagioni come un investimento foriero di aspettative di futuri guadagni e di incremento dei posti di lavoro e valutava un costo accettabile un tasso mai registrato prima di distruzione dei boschi più antichi<sup>230</sup>.

In seguito alle continue proteste, nel 1951, con il *Forest Act*<sup>231</sup> il Parlamento impose alla Commissione di tener nel dovuto conto l'amenità dei terreni acquistati. Negli anni seguenti, valendosi anche della *Law of Property Act* del 1925, che aveva introdotto il «*general right of public access*» a certe aree comuni, per «*air and recreation*», la Commissione organizzò aree destinate ai picnic e ad altre attività ricreative, tracciò sentieri che tutti avrebbero potuto percorrere e si dedicò anche a preservare la flora e la fauna affinché le foreste potessero diventare riserve naturali, una politica i cui primi passi erano già stati intrapresi agli inizi degli anni Quaranta e che aveva portato, nel tempo, alla creazione di sessantuno riserve naturali, gestite da *non governmental organizations*<sup>232</sup>.

---

<sup>226</sup> N. D. G. JAMES, *A History*, cit., p. 215 ss.

<sup>227</sup> *The Forestry (Transfer of Woods) Act*, 1923, 14 & 14 Geo. 5, c. 21.

<sup>228</sup> Nel 1936 la *Forest Commission* pubblicò un Libro bianco proponendo di estendere le piantagioni nella zona di Lake District. Il *Council for the Preservation of Rural England*, la *Rambles Federation*, la *Friends of the Lake District* e altre organizzazioni protestarono contro la perdita della flora tradizionale e l'alterazione del paesaggio. La Commissione replicò che la sua politica avrebbe aumentato la produzione domestica di legname e creato nuovi posti di lavoro, ma gli oppositori mantennero il punto «The ideal for the Lake District is a national park, not a national forest».

<sup>229</sup> N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 363.

<sup>230</sup> O. RACKMAN, *The History of the Countryside*, J. M. Dent & Son, London, 1986, p. 93 s.

<sup>231</sup> *An Act to Provide for the Maintenance of Reserves of Growing Trees in Great Britain and to Regulate the Felling of Trees, to Amend the Procedure Applicable to Compulsory Purchase Orders under the Forest Act, 1945 and for Purposes Connected with the Matter Aforesaid*, 1951, 14 & 15 Geo 6, c. 61.

<sup>232</sup> Nel 1949 il Parlamento adottò *the National park and Access to Countryside Act* 12, 13 & 14 Geo 6, 97. La legge definiva le riserve naturali, zone per (a) «the study of, and research into, matters relating

Una così intensa fruizione delle foreste da parte del pubblico rischiava di mettere a repentaglio il corretto esercizio dei diritti dei *commoners*. Perciò il Parlamento si determinò a disciplinare queste controversie con il *Commons Registration Act* del 1965<sup>233</sup>, modificato nel 2006<sup>234</sup>, che impose la registrazione dei «*rights of common, the name of the commoner(s) who holds those rights and the area of common those rights are exercitable*». In molte foreste la gestione delle controversie fu affidata a istituzioni dai nomi venerandi. Ancora oggi nella New Forest, per esempio, dove si trovano brughiere, paludi, foreste alternati a villaggi, costruzioni storiche, e attraversati da sentieri e stradine da percorrere a piedi, la *Verderers' court* regola i diritti dei *commons*, ossia il diritto di pascolo di *ponies*, buoi, asini muli nella Open Forest, di pecore, di maiali in autunno, il diritto di tagliare la torba, di far legna, di scavare l'argilla, diritti esistenti fin dal secolo XI. I *Verderers* nominano gli *agisters* che sovrintendono la gestione del bastiame dei *commoners*, informano i *Verderes* delle violazioni al regolamento e intervengono negli incidenti automobilistici che, con frequenza sempre più accelerata, coinvolgono gli animali. La *Verderers' court* funziona formalmente come *court of Attachment* e *Swainmote* e tratta le denunce presentate dai residenti relativamente a violazioni dell'ambiente. Mentre la *Verderers' court* persegue le violazioni degli interessi protetti nella foresta, altre questioni sono trattate dalla *Magistrate's Court* in Lyndhurst o Southampton<sup>235</sup>.

In un contesto nel quale i diritti dei *commoners* venivano riconosciuti e tutelati non soltanto in se stessi, ma come componenti di un habitat naturale, storico e culturale destinato a tutta la cittadinanza, e considerato assolutamente intoccabile o utilizzabile con cautela in una logica anche di sfruttamento economico<sup>236</sup>, era inevitabile che fosse travolto il fondamento stesso della Carta della Foresta, ossia il diritto di caccia del re su certi animali selvatici considerati di sua esclusiva proprietà. E infatti, il *Wild Creatures and Forest Law Act*, salvi i diritti dei *common* e le funzioni e la nomina dei *verderers*, abolì «*every prerogative right*» della Corona sui *wild animals* e la *Forest Law*.

---

to fauna and flora of Great Britain and the physical conditions in which they live, and for the study of geological and physiographical features of special interest in the area, or (b) of preserving flora, fauna or geological and physiographical features of special interest in the area, or for both these purposes».

Cfr. N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 363.

<sup>233</sup> *An Act to Provide the Registration of Common Land and Town or Villages Greens, to Attend the Law as Prescriptive Claims to Rights of Common, and for Purposes Connected Therewith*, 1965, c. 64 (Eng.).

<sup>234</sup> *The Commons Act*, 2006, c. 26.

<sup>235</sup> N. ROBINSON, *The Charter of the Forest*, cit., p. 363.

<sup>236</sup> Sulle tendenze più o meno radicali dei movimenti a difesa dell'ambiente, J. RODMAN, *Four Forms*, cit., p. 84 ss.